



Ensino Médio

série

Geografia

Manual exclusivo do aluno

Capítulo 1

GUERRA FRIA

Guerra Fria é uma forma atribuída ao Período Histórico de disputas ideológicas e conflitos indiretos entre a União Soviética e os Estados Unidos, acontecendo no período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência.

É chamada "fria" porque não houve ataques diretos entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear. A corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi o objetivo central durante a primeira metade da Guerra Fria, estabilizando-se na década de 1960 até à década de 1970 e sendo reativada nos anos 1980 com o projeto do presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan chamado de "Guerra nas Estrelas".

Norte-americanos e soviéticos travaram uma luta ideológica, política e econômica durante esse período. Se um governo socialista fosse implantado em algum país do Terceiro Mundo, o governo norte-americano entendia como uma ameaça à sua hegemonia; se um movimento popular combatesse um governo aliado ao soviético, logo poderia ser visto com simpatia pelos Estados Unidos e receber apoio. A Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1962-1975) são os conflitos mais famosos da Guerra Fria. Além da famosa tensão na Crise dos mísseis em Cuba (1962) e, também na América do Sul, a Guerra das Malvinas (1982). Entretanto, durante todo este período, a maior parte dos conflitos locais, guerras ou guerras interestatais foi intensificada pela polarização entre EUA e URSS. Esta polarização dos conflitos locais entre apenas dois grandes polos de poder mundial é o que justifica a caracterização da polaridade deste período como bipolar, principalmente porque, mesmo que tenham existido outras potências regionais entre 1945 e 1991, apenas Estados Unidos e URSS tinham capacidade nuclear de segundo ataque, ou seja, capacidade de dissuasão nuclear.

A Crise pós Guerra

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Europa estava arrasada e ocupada pelos exércitos das duas grandes potências vencedoras, os Estados Unidos e a URSS. O desnível entre o poder destas duas superpotências e o restante dos países do mundo era tão gritante, que rapidamente se constitui um sistema global bipolar, ou seja, centrada em dois grandes polos.

Os Estados Unidos defendiam a economia capitalista, argumentando ser ela a representação da democracia e da liberdade. Em contrapartida a URSS enfatizava o socialismo, argumentando em defesa do proletariado e solução dos problemas sociais.

Os Aliados divergiam sobre a forma de como manter a segurança do pós-guerra. Os aliados ocidentais queriam criar uma rede de segurança que, com governos quanto mais possível democráticos, resolvessem suas diferenças de forma pacífica através de organizações internacionais. A Rússia devido à experiência, através da história de invasões frequentes, bem como a perda humana estimada em 27 milhões e a destruição sofrida durante a Segunda Guerra Mundial, queria garantir sua segurança pelo controle dos assuntos internos de países vizinhos.

A Corrida Armamentista

Terminada a Segunda Guerra Mundial, as duas potências vencedoras dispunham de uma enorme variedade de armas, muitas delas desenvolvidas durante o conflito, outras obtidas dos cientistas alemães e japoneses.

Novos tanques, aviões, submarinos, navios de guerra e mísseis balísticos constituíam as chamadas armas convencionais. Mas também haviam sido desenvolvidas novas gerações de armas não convencionais, como armas químicas, que praticamente não foram utilizadas em batalha. A Alemanha que desenvolveu a maior indústria de armas químicas do mundo, utilizou esses gases mortais em câmaras de gás nos campos de concentração. Algumas armas biológicas foram testadas, principalmente pelo Japão na China ocupada, mas a tecnologia da época ainda era muito pouco eficiente. O maior destaque ficou com uma nova arma não-convencional, mais poderosa que qualquer outra arma já testada até então: bomba atômica. Só os Estados Unidos tinham essa tecnologia, o que aumentava em muito seu poderio bélico e sua superioridade militar estratégica em relação aos soviéticos.

A União Soviética iniciou então seu programa de pesquisas para também produzir tais bombas, o que conseguiu em 1949. Mas logo a seguir, os Estados Unidos testavam a primeira bomba de hidrogênio, centena de vezes mais poderosa. A União soviética levaria até 1953 para desenvolver a sua versão desta arma, dando início a uma nova geração de ogivas nucleares menores, mais leves e mais poderosas.

A União Soviética obteve a tecnologia para armas nucleares através de espionagem. Em 1953, nos Estados Unidos, o casal Julius e Ethel Rosenberg

foi condenado à morte por transmitir à União Soviética segredos sobre a bomba atômica norte americana.

Essa corrida ao armamento era movida pelo receio recíproco de que o inimigo passasse a frente na produção de armas, provocando um desequilíbrio no cenário internacional. Se um deles tivesse mais armas, seria capaz de destruir o outro.

A corrida atingiu proporções tais que, já na década de 1960, os Estados Unidos e a URSS tinham armas suficiente para vencer e destruir qualquer outro país do mundo. Uma quantidade tal de armas nucleares foi construída, que permitiria a qualquer uma das duas superpotências, sobreviver a um ataque nuclear maciço do adversário, e a seguir, utilizando apenas uma fração do que restasse do seu arsenal, pudesse destruir o mundo. Esta capacidade de sobreviver a um primeiro ataque nuclear, para a seguir retaliar o inimigo com um segundo ataque nuclear devastador, produziu medo suficiente nos líderes destes dois países para impedir uma Guerra Nuclear, sintetizado em conceitos como Destruição Mútua Assegurada ou "Equilíbrio do terror".

A Era Gorbachev e o fim da Guerra Fria

Depois da gestão de Brejnev, a União Soviética teve duas rápidas governanças, Yuri Andropov e Konstantin Chernenko, homens que durante o período de Brejnev eram seus segundo homens, tendo um poder quase total sobre o país, sendo Andropov o chefe da temida e poderosa polícia secreta KGB e Chernenko, por treze anos carregando o segundo mais alto cargo dentro do país, que, na prática, governou o país durante a decadência na saúde de Brejnev, no final da década de 1970, e que surpreendentemente foi derrotado nas eleições por Andropov, que morreu pouco tempo depois de chegar ao cargo político máximo.

Seguinte a Chernenko, o chamado último bolchevique, foi eleito Mikhail Gorbachev, cuja plataforma política defendida era a necessidade de reformar a União Soviética, para que ela se adequasse à realidade mundial. Em seu governo, uma nova geração de políticos tecnocratas - que vinham ganhando espaço desde o governo Khrushchov - se firmou, e impulsionou a dinâmica de reformas na URSS e a aproximação diplomática com o mundo ocidental.

Gorbachev, embora defensor de Karl Marx, defendeu o liberalismo econômico na URSS como a única saída viável para os graves problemas econômicos e sociais. A União Soviética, desde o início dos anos 70, passava por grande fragilidade, evidenciada na queda da produtividade dos trabalhadores e a queda da expectativa de vida. A alta nos preços do petróleo no período 1973-1979 e

a nova alta de 1979-1985, deram uma sobrevida temporária a um sistema econômico que já estava falido. A crise econômica mundial dos anos 1980, a escassez de moedas fortes e a queda no preço das commodities exportadas pela URSS (petróleo e cereais), ajudaram a aprofundar a crise do sistema econômico planejado da União Soviética. Os gastos militares estavam tornando-se muito altos para uma economia como a soviética, planejada, extremamente burocratizada e com cerca de metade do PIB dos Estados Unidos. A economia de mercado dos Estados Unidos era muito mais competitiva e permitia o repasse acelerado de tecnologias militares e aeroespaciais de ponta para o setor civil. Na URSS tudo que seria produzido era previamente planejado nos Planos Quinquenais. A burocracia dificultava qualquer transferência de tecnologia sensível para o setor produtivo civil e toda a produção agrícola era milimetricamente planejada. Quando ocorre o acidente nuclear de Chernobil 1986, toda a produção agrícola daquele ano foi perdida, os gastos inesperados foram enormes e o Estado que havia planejado exportar uma safra recorde de grãos, teve que importar comida. Rapidamente começava a faltar até mesmo pão no país que havia sido o maior produtor mundial de trigo. Somando-se aos custos do envolvimento de meio milhão de homens no Afeganistão durante os anos 1980, mais os gastos militares da nova corrida armamentista, conhecida como segunda Guerra Fria, aquela enorme economia engessada colapsou.

Frente a estes problemas, Mikhail Gorbachev aplicou dois planos de reforma na URSS: a perestroika e a glasnost. A Perestroika foi uma série de medidas de reforma econômicas. Para Gorbachev, não seria necessário erradicar o sistema socialista, mas uma reformulação deste seria inevitável. Para tanto, ele passou a diminuir o orçamento militar da União Soviética, o que implicou diminuição de armamentos e a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. A Glasnost foi a implementação da "liberdade de expressão" à imprensa soviética e a transparência do governo para a população, retirando a forte censura que o governo comunista impunha.

A nova situação de liberdade na União Soviética possibilitou um afrouxamento na ditadura que Moscou impunha aos outros países. Pouco a pouco, o Pacto de Varsóvia começou a enfraquecer, e cada vez mais o Ocidente e o Oriente caminhavam para vias pacíficas. Em 1986, Ronald Reagan encontrou Gorbachev em Reykjavík, Islândia, para discutir novas medidas de desarmamento dos mísseis estacionados na Europa.

O ano de 1989 viu as primeiras eleições livres no mundo socialista, com vários candidatos e com a mídia livre para discutir. Ainda que muitos partidos

comunistas tivessem tentado impedir as mudanças, a perestroika e a glasnost de Gorbachev tiveram grande efeito positivo na sociedade. Assim, os regimes comunistas, país após país, começaram a cair.

A Polônia e a Hungria negociaram eleições livres (com destaque para a vitória do partido Solidariedade na Polônia), e a Tchecoslováquia, a Bulgária, a Romênia e a Alemanha Oriental tiveram revoltas em massa, que pediam o fim do regime socialista. O ponto culminante foi a queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989, que pôs fim à Cortina de Ferro e, para alguns historiadores, à Guerra Fria em si.

Esta situação repentina levou alguns conservadores da União Soviética, liderados pelo General Guenédi Ianaiev e Boris Pugo, a tentar um golpe de estado contra Gorbachev em Agosto de 1991. O golpe, todavia, foi frustrado por Boris Iéltsin. Mesmo assim, a liderança de Gorbachev estava em decadência e, em Setembro, os países bálticos conseguiram a independência.

Em Dezembro, a Ucrânia também se tornou independente. Finalmente, no dia 31 de Dezembro de 1991, Gorbachev anunciava o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, renunciando ao cargo que ocupava e ao seu sonho de ver um mundo socialista.

Capítulo 2

A NOVA ORDEM MUNDIAL

A Nova Ordem Mundial – ou Nova Ordem Geopolítica Mundial – significa o plano geopolítico internacional das correlações de poder e força entre os Estados Nacionais após o final da Guerra Fria.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o esfacelamento da União Soviética, em 1991, o mundo se viu diante de uma nova configuração política. A soberania dos Estados Unidos e do capitalismo se estendeu por praticamente todo o mundo e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) se consolidou como o maior e mais poderoso tratado militar internacional. O planeta, que antes se encontrava na denominada “Ordem Bipolar” da Guerra Fria, passou a buscar um novo termo para designar o novo plano político.

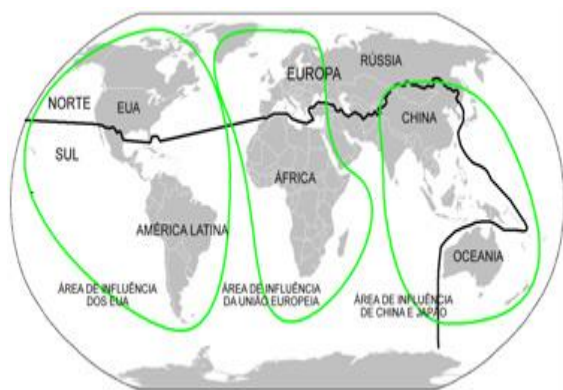
A primeira expressão que pode ser designada para definir a Nova Ordem Mundial é a unipolaridade, uma vez que, sob o ponto de vista militar, os EUA se tornaram soberanos diante da impossibilidade de qualquer outro país rivalizar com os norte-americanos nesse quesito.

A segunda expressão utilizada é a multipolaridade, pois, após o término da Guerra Fria, o poderio militar não era mais o critério principal a ser estabelecido para determinar a potencialidade global de um Estado Nacional, mas sim o poderio econômico. Nesse plano, novas frentes emergiram para rivalizar com os EUA, a saber: o Japão e a União Europeia, em um primeiro momento, e a China em um segundo momento, sobretudo a partir do final da década de 2000.

Por fim, temos uma terceira proposta, mais consensual: a unimultipolaridade. Tal expressão é utilizada para designar o duplo caráter da ordem de poder global: “uni” para designar a supremacia militar e política dos EUA e “multi” para designar os múltiplos centros de poder econômico.

Outra mudança acarretada pela emergência da Nova Ordem Mundial foi a necessidade da reclassificação da hierarquia entre os Estados nacionais. Antigamente, costumava-se classificar os países em 1º mundo (países capitalistas desenvolvidos), 2º mundo (países socialistas desenvolvidos) e 3º mundo (países subdesenvolvidos e emergentes). Com o fim do segundo mundo, uma nova divisão foi elaborada.

A partir de então, divide-se o mundo em países do Norte (desenvolvidos) e países do Sul (subdesenvolvidos), estabelecendo uma linha imaginária que não obedece inteiramente à divisão norte-sul cartográfica, conforme podemos observar na figura abaixo.



É possível perceber, no mapa acima, que a divisão entre norte e sul não corresponde à divisão estabelecida usualmente pela Linha do Equador, uma vez que os critérios utilizados para essa divisão são econômicos, e não cartográficos. Percebe-se que alguns países do hemisfério norte (como os Estados do Oriente Médio, a Índia, o México e a China) encontram-se nos países do Sul, enquanto os países do hemisfério sul (como Austrália e Nova Zelândia), por se tratarem de economias mais desenvolvidas, encontram-se nos países do Norte.

No mapa acima também podemos visualizar as áreas de influência política dos principais atores econômicos mundiais. Vale lembrar, porém, que a área de influência dos EUA pode se estender para além da divisão estabelecida, uma vez que sua política externa, muitas vezes, atua nas mais diversas áreas do mundo, com destaque para algumas regiões do Oriente Médio.

A “Guerra ao terror”

Como vimos, após o final da Guerra Fria, os Estados Unidos se viram isolados na supremacia bélica do mundo. Apesar de a Rússia ter herdado a maior parte do arsenal nuclear da União Soviética, o país mergulhou em uma profunda crise ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que não permitiu que o país mantivesse a conservação de seu arsenal, pois isso custa muito dinheiro.

Em face disso, os Estados Unidos precisavam de um novo inimigo para justificar os seus estrondosos investimentos em armamentos e tecnologia bélica. Em 2001, entretanto, um novo inimigo surgiu com os atentados de 11 de Setembro, atribuídos à organização terrorista Al-Qaeda.

Com isso, sob o comando do então presidente George W. Bush, os Estados Unidos iniciaram uma frenética Guerra ao Terror, em que foram gastos centenas de bilhões de dólares. Primeiramente os gastos se direcionaram à invasão do Afeganistão, em 2001, sob a alegação de que o regime Talibã que governava o país daria suporte para a Al-Qaeda. Em segundo, com a perseguição dos líderes dessa organização terrorista, com destaque para Osama

Bin Laden, que foi encontrado e morto em maio de 2011, no Paquistão.

O que se pode observar é que não existe, ao menos por enquanto, nenhuma nação que se atreva a estabelecer uma guerra contra o poderio norte-americano. O “inimigo” agora é muito mais difícil de combater, uma vez que armas de destruição em massa não podem ser utilizadas, pois são grupos que atacam e se escondem em meio à população civil de inúmeros países.

Capítulo 3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

A população mundial consiste no número total de habitantes do planeta Terra, quantidade essa que atingiu, em 2013, a marca de 7,2 bilhões de habitantes, conforme dados divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).

O ritmo de crescimento populacional tem apresentado redução a cada ano. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a Terra terá pouco mais de 9 bilhões de habitantes em 2050, crescendo a um ritmo anual de apenas 0,33% ao ano, considerado inferior à taxa atual (2,02%).

A distribuição da população mundial ocorre de forma desigual, havendo grande diferença no contingente populacional dos continentes.

Portanto, o continente com maior concentração populacional é a Ásia (4,1 bilhões de habitantes), correspondendo cerca de 65% da população mundial.

A África é o segundo continente mais populoso, tal fato se deve ao alto índice de crescimento populacional dos países que a integram (2,1% ao ano). Sua população só não é maior em virtude da baixa expectativa de vida, caracterizada como a menor do planeta. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 21% da população mundial habitará a África em 2050.

A Europa, que já representou 21% dos habitantes da Terra, atualmente, possui apenas 10,7%, sendo que a tendência é diminuir a cada ano, pois o continente já apresenta taxa de crescimento populacional negativo.

A América, por sua vez, apresenta crescimento populacional de 1% ao ano, sendo que essa taxa é maior se considerarmos apenas os países latino-americanos. Os Estados Unidos e o Canadá possuem crescimento populacional de 0,9%.

O continente asiático é mais populoso por possuir três dos quatro países mais populosos do planeta. Veja o ranking dos dez países mais populosos:

1° - China (Ásia): 1.357.380.000 habitantes.

2° - Índia (Ásia): 1.252.139.596 habitantes

3° - Estados Unidos (América): 316.128.839 habitantes

4° - Indonésia (Ásia): 249.865.631 habitantes

5° - Brasil (América): 202.409.273 habitantes

6° - Paquistão (Ásia): 182.142.594 habitantes

7° - Bangladesh (Ásia): 156.594.962 habitantes

8° - Nigéria (África): 173.615.345 habitantes

9° - Rússia (Europa): 143.499.861 habitantes

10° - Japão (Ásia): 127.338.621 habitantes

De acordo com pesquisas demográficas, estima-se que neste início do século XXI a Terra receberá mais 80 milhões de habitantes a cada ano, sendo que a maioria viverá na Ásia, América Latina e, principalmente, na África. Esses continentes apresentam os países de maior crescimento demográfico do mundo.

Os países ricos tendem a diminuir suas médias de crescimento demográfico, fato já constatado em 2010, cuja média está em torno de 0,2% ao ano. No entanto, eles têm aumentado a expectativa de vida de forma considerável, cujos principais fatores responsáveis por esse aspecto são: desenvolvimento tecnológico ligado à medicina, maiores cuidados com a saúde, saneamento básico, entre outros.

Alguns conceitos

- Taxa de Natalidade: Número de nascimentos vivos no ano considerado, que pode ser expresso em porcentagem ou a cada mil habitantes
- Taxa de Mortalidade: Número de óbitos ocorridos no ano considerado, expresso em porcentagem ou na relação por mil habitantes.
- Crescimento Vegetativo: Diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade.
- Taxa de mortalidade infantil: Taxa de óbitos de crianças com menos de um ano de vida, no ano considerado expressa por 100% ou por mil habitantes
- Taxa de Fertilidade: Número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva, entre 15 e 45 anos.
- População absoluta: Total da população. Os países com elevada população absoluta são chamados de países populosos.
- Densidade Demográfica ou população relativa: Razão entre a população absoluta pela área do território considerado, calculada pela divisão da população pela superfície ocupada. Os países com elevada densidade demográfica são chamados de países povoados.

Capítulo 4

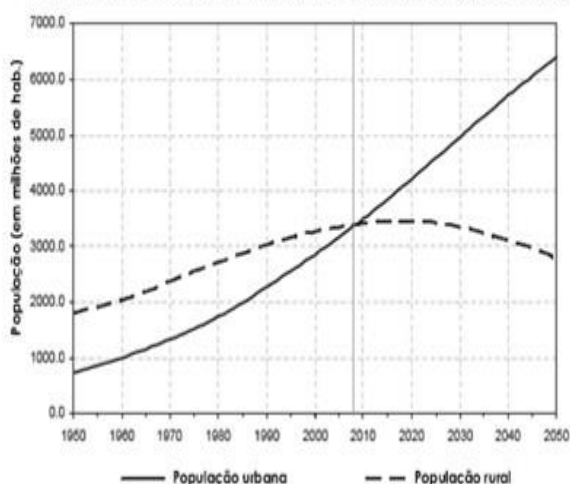
URBANIZAÇÃO

Urbanização é o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. É o processo em que o espaço rural transforma-se em espaço urbano, com a consequente migração populacional do tipo campo-cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada, é chamada de êxodo rural.

Em termos de área territorial, no mundo atual, o espaço rural é bem mais amplo do que o espaço urbano. Isso ocorre porque o primeiro exige um maior espaço para as práticas nele desenvolvidas, como a agropecuária (espaço agrário), o extrativismo mineral e vegetal, além da delimitação de áreas de preservação ambiental e florestas em geral.

No entanto, em termos populacionais e em atividades produtivas no contexto econômico e capitalista, a cidade, atualmente, vem se sobrepondo ao campo. Observe o gráfico abaixo:

POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNDO (1950-2050)



Podemos perceber, com a leitura do gráfico acima, que, pela primeira vez na história, a humanidade está se tornando majoritariamente urbana. Os dados após 2010 são apenas estimativas (embora existam muitas desconfianças em termos políticos sobre as projeções realizadas pela ONU), mas revelam que a tendência desse processo é se intensificar nas décadas subsequentes. Note também, observando o gráfico, que a velocidade com que a urbanização acontece é cada vez maior, deixando a curva que representa a população urbana cada vez mais acentuada.

O processo de formação das cidades ocorre desde os tempos do período neolítico. No entanto, sob o ponto de vista estrutural, elas sempre estiveram vinculadas ao campo, pois dependiam deste para sobreviver. O que muda no atual processo de urbanização capitalista, que se intensificou a partir do século XVIII, é que agora é o campo quem passa a ser dependente da cidade, pois

é nela que as lógicas econômico-sociais que estruturam o meio rural são definidas.

O processo de urbanização no contexto do período industrial estrutura-se a partir de dois tipos de causas diferentes: os fatores atrativos e os fatores repulsivos.

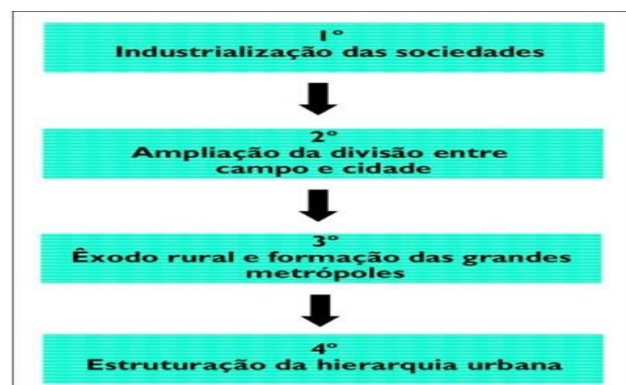
Os fatores atrativos, como o próprio nome sugere, são aqueles em que a urbanização ocorre devido às condições estruturais oferecidas pelo espaço das cidades, o maior deles é a industrialização.

Esse processo é característico dos países desenvolvidos, onde o processo de urbanização ocorreu primeiramente. Cidades como Londres e Nova York tornaram-se predominantemente urbanas a partir da década de 1900, início do século XX, em razão da quantidade de empregos e condições de moradias oferecidas (embora em um primeiro momento, a maior parte dessas moradias fosse precária em comparação aos padrões de desenvolvimento atual dessas cidades).

Os fatores repulsivos são aqueles em que a urbanização ocorre não em função das vantagens produtivas das cidades, mas graças à “expulsão” da população do campo para os centros urbanos. Esse processo ocorre, em geral, pela modernização do campo que propiciou a substituição do homem pela máquina e pelo processo de concentração fundiária, que deixou a maior parte das quantidades de terras nas mãos de poucos latifundiários.

Esse fenômeno é característico dos países subdesenvolvidos e é marcado pela elevada velocidade em que o êxodo rural aconteceu, bem como pela concentração da população nas metrópoles (metropolização). Tais cidades não conseguem absorver esse quantitativo populacional, propiciando a formação de favelas e habitações irregulares, geralmente precarizadas e sem infraestrutura.

Resumidamente, o processo de urbanização ocorre em quatro principais etapas, sofrendo algumas poucas variações nos diferentes pontos do planeta:



Em geral, o que se observa, portanto, é a industrialização funcionando como um motor para a urbanização das sociedades (1ª ponto do esquema acima). Em seguida, ampliam-se as divisões econômicas e produtivas, com o campo produzindo matérias-primas, e as cidades produzindo mercadorias industrializadas e realizando atividades características do setor terciário (2º ponto). Esse processo é acompanhado por um elevado êxodo rural, com a formação de grandes metrópoles e, em alguns casos, até de megacidades, com populações que superam os 10 milhões de habitantes (3º ponto). Por fim, estrutura-se a chamada hierarquia urbana, que vai desde as pequenas e médias cidades às grandes metrópoles.

Vale lembrar que o esquema acima é apenas ilustrativo, pois a sequência desses acontecimentos não é linear, muitas vezes os fenômenos citados acontecem ao mesmo tempo.

Outra ressalva importante é a de que tal sequência não acontece de forma igualitária em todo o mundo. Nos países pioneiros no processo de urbanização, ela ocorre de forma mais lenta e gradativa, enquanto nos países de industrialização tardia, tal processo manifesta-se de forma mais acelerada, o que gera maiores problemas estruturais.

As cidades podem ser classificadas de acordo com seu tamanho, atividade econômica, importância regional entre outras características:

Municípios: no Brasil, são as menores divisões político-administrativas, todo município possui governo próprio, sua área de atuação compreende as zonas urbana e rural pertencentes ao município.

Cidade: é a sede do município, independentemente do número de habitantes que possa ter, as atividades econômicas nas cidades diferem das do campo, as atividades principais são centralizadas nos setores secundário (O setor secundário é o setor da economia que transforma produtos naturais produzidos pelo setor primário em produtos de consumo, ou em máquinas industriais/ produtos a serem utilizados por outros estabelecimentos do setor secundário) e terciário (o setor terciário no contexto da economia, envolve a comercialização de produtos em geral, e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais ou comunitários, a terceiros).

Macrocefalia urbana: caracteriza-se pelo crescimento acelerado dos centros urbanos, principalmente nas metrópoles, provocando o processo de marginalização das pessoas que por falta de oportunidade e baixa renda residem em bairros que não possuem os serviços públicos básicos, e com isso enfatiza o desemprego,

contribui para a formação de favelas, resultando na exclusão social de todas as formas.

Metrópoles: são as cidades que sediam regiões metropolitanas. Exemplo: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

Conurbações: é o fenômeno em que, devido ao crescimento da zona urbana de um município está ultrapassa seus limites e assim se funde à zona urbana de municípios vizinhos. Exemplo: Rio de Janeiro ou São Paulo, com os respectivos municípios de suas regiões metropolitanas.

Regiões metropolitanas: É a união de dois ou mais municípios formando uma grande malha urbana, é comum nas cidades sedes de estados. Exemplo: Goiânia, Aparecida de Goiânia e cidades do entorno.

Megalópole: É a união de duas ou mais regiões metropolitanas.

Tecnopolos: ou cidades-ciência, são cidades onde estão presentes centros de pesquisas, universidades, centros de difusão de informações. Geralmente os tecnopolos estão alienados a universidades e indústrias.

Verticalização: é a transformação arquitetônica de uma cidade, ou seja, a mudança da forma horizontal das construções (ex: casas), para a verticalização (construção de prédios).

Segregação espacial: é o foco do poder público às regiões onde a parcela da população possui melhor poder aquisitivo, e omissão às regiões periféricas desprovidas dos serviços públicos.

Cidades formais: são cidades projetadas, que comportam rede de saneamento básico e ruas planejadas com suporte ao trânsito.

Cidades informais: são compostas pelas regiões onde não existem infraestrutura suficiente.

A urbanização da sociedade aconteceu de forma desigual em todo mundo. Os países considerados “centrais” assistiram primeiramente aos seus processos de urbanização, apesar de outras civilizações antigas também apresentarem o seu espaço urbano. Com o processo de colonização e o conseqüente subdesenvolvimento, a urbanização nos países periféricos consolidou-se apenas em meados do século XX, fruto da industrialização tardia desses países.

O fato é que os distintos processos de urbanização estão diretamente ligados à industrialização e todos eles apresentam problemas tanto de caráter social quanto de caráter ambiental. Boa parte desses problemas não está ligada somente ao processo de urbanização em si, mas também à má distribuição de renda e às contradições sociais.

Problemas sociais urbanos

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades. A especulação imobiliária favorece o encarecimento dos locais mais próximos dos grandes centros, tornando-os inacessíveis à grande massa populacional. Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes.

Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários. Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência.

A especulação imobiliária também acentua um problema cada vez maior no espaço das grandes, médias e até pequenas cidades: a questão dos lotes vagos. Esse problema acontece por dois principais motivos:

1) falta de poder aquisitivo da população que possui terrenos, mas que não possui condições de construir neles e

2) a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior. Esses lotes vagos geralmente apresentam problemas como o acúmulo de lixo, mato alto, e acabam tornando-se focos de doenças, como a dengue.

Dentre os problemas sociais urbanos, entretanto, o principal é o processo de favelização. Esse se associa também à concentração de renda, ao desemprego e à falta de planejamento urbano. Muitas pessoas, por não disporem de condições financeiras para custear suas moradias, acabam não encontrando outra saída senão ocupar de forma irregular (através de invasões) áreas que geralmente não apresentam características favoráveis à habitação, como os morros com elevada declividade.

A formação e proliferação de favelas é a principal denúncia das desigualdades sociais no espaço urbano e são elementos característicos das grandes metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e muitas outras. Vale lembrar que esse não é um fenômeno exclusivo dos

países pobres. A estimativa da ONU é de que, até 2030, mais de 2 bilhões de pessoas estarão morando em favelas em todo mundo.

Problemas ambientais urbanos

Muitos dos problemas ambientais urbanos estão diretamente ligados aos problemas sociais. Por exemplo: o processo de favelização contribui para a agressão ao meio ambiente, visto que as ocupações irregulares geralmente ocorrem em zonas de preservação ou em locais próximos a rios e cursos d'água.

Ademais, sabe-se que os problemas ambientais, sejam eles urbanos ou não, são produtos da interferência do homem na natureza, transformando-a conforme seus interesses e explorando os seus recursos em busca de maximização dos lucros sem se preocupar com as consequências.

As zonas segregadas, locais mais pobres da cidade, costumam ser palco das consequências da ação humana sobre o meio natural. Problemas como as enchentes são rotineiramente noticiados. E a culpa não é da chuva.

Em alguns casos, o processo de inundação de uma determinada região é natural, ou seja, aconteceria com ou sem a intervenção humana. O problema é que, muitas vezes, por falta de planejamento público, loteamentos e bairros são construídos em regiões que compõem áreas de risco. Em outras palavras, em tempos de seca, casas são construídas em locais que fazem parte dos leitos dos rios e, quando esses rios passam pelas cheias, acabam inundando essas casas.

Em outros casos, a formação de enchentes está ligada à poluição urbana ou às condições de infraestrutura, como a impermeabilização dos solos a partir da construção de ruas asfaltadas. A água, que normalmente infiltraria no solo, acaba não tendo para onde ir e deságua nos rios, que acumulam, transbordam e provocam enchentes.

Outro problema ambiental urbano bastante comum é o fenômeno das ilhas de calor, que ocorre nas regiões centrais das grandes cidades. Tal situação é consequência do processo de verticalização, ou seja, a formação de prédios que limitam a circulação do ar e, somada à retirada das árvores, contribui para a concentração do calor. É por isso que as regiões centrais ou muito urbanizadas estão sempre mais quentes que o restante da cidade.

Para somar às ilhas de calor, existe também a inversão térmica, um fenômeno climático que dificulta a dispersão dos poluentes emitidos pela ação humana. Em virtude disso, gases tóxicos pairam sobre a superfície das cidades, provocando

doenças respiratórias e o aumento das temperaturas.

A falta de planejamento público e a ausência de uma maior consciência ambiental constituem os problemas ambientais urbanos, como a poluição das águas de rios, lagos e oceanos, o aumento das temperaturas, a ocorrência de chuvas ácidas (fruto da emissão de gases tóxicos na atmosfera, isso tudo somado às poluições visual e sonora.

Capítulo 5

A INDUSTRIALIZAÇÃO

A atividade industrial consiste em transformar matérias-primas em produtos, ou bens acabados em semiacabados, e isso inclui uma enorme diversidade de processos, desde alguns bastante simples até os mais complexos e dependentes de inovações tecnológicas.

- **Artesanato:** Baseia-se no sistema familiar de produção e conta, como fontes de energia, com a força humana ou tração animal, eventualmente acrescidas forças dos ventos ou das águas.
- **Manufatura:** Há divisão de tarefas entre os membros da equipe de trabalho e emprega-se alguma tecnologia e instrumental mais sofisticado. Por separar os detentores da mão de obra e os detentores dos meios de produção, identifica empregados e patrões.
- **Maquinofatura:** A tração muscular foi substituída pelo uso das máquinas, a energia mecânica necessária para movimentar as máquinas passou a ser obtida não mais da força muscular, mas da energia térmica liberada na queima de combustíveis.

Industrialização é um tipo de processo histórico e social através do qual a indústria se torna o setor dominante de uma economia, mediante a substituição de instrumentos, técnicas e processos de produção, resultando em aumento da produtividade dos fatores e a geração de riqueza.

Assim, a economia, antes de base agrária, artesanal e comercial, passa a ter uma base urbana e industrial - o que gera transformações profundas sobre os modos de vida e o padrão de relações sociais anterior. O sistema de produção artesanal, manual, espacialmente disperso, dá lugar à produção serial, mecânica, espacialmente concentrada, padronizada, isto é, capaz de gerar produtos de qualidade homogênea. Toda a economia e toda a sociedade se reorganizam em função do desenvolvimento da indústria.

A industrialização pode ser parte de um processo mais amplo de modernização, em que a inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e mudança social estão estreitamente relacionados. Há um processo de crescente racionalização, introduzindo mudanças de atitude dos indivíduos e da sociedade também com relação à natureza, que passa a ser vista principalmente como recurso produtivo.

Algumas das principais características do processo de industrialização são:

- aprofundamento na divisão do trabalho e da especialização;

- concentração da renda e da riqueza;
- intensificação da formação bruta de capital fixo;
- aumento da produtividade industrial e agrícola;
- aumento do consumo;
- generalização do trabalho assalariado;
- incremento da urbanização e desenvolvimento do setor de serviços;

Entretanto, a industrialização não ocorre em todos os países e, quando ocorre, pode não ser na mesma época ou da mesma forma.

TAYLORISMO

Taylorismo é uma concepção de produção, baseada em um método científico de organização do trabalho, desenvolvida pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor (1856-1915). Em 1911, Taylor publicou "Os princípios da administração", obra na qual expôs seu método.

A partir dessa concepção, o Taylorismo, o trabalho industrial foi fragmentado, pois cada trabalhador passou a exercer uma atividade específica no sistema industrial. A organização foi hierarquizada e sistematizada, e o tempo de produção passou a ser cronometrado.

Desde então, e cada vez mais, tempo é uma mercadoria, e o trabalhador, que "vende" sua mão-de-obra, portanto, seu tempo, tem a incumbência de cumprir com suas tarefas no menor tempo possível, para que possa produzir mais e mais.

Como pode ser observado no filme clássico "Tempos Modernos" de Charles Chaplin, o trabalhador passa a efetuar movimentos repetitivos e bem elementares, com o ritmo imposto pelas máquinas, e por quem as comandava. Seus supervisores diretos cronometravam seus movimentos e observavam quais os trabalhadores otimizavam o próprio tempo, e portanto a produção.

Prêmios eram dados aos trabalhadores com melhor tempo/desempenho. Essa competição promovida pelos gerentes fez com que a velocidade da produção aumentasse cada vez mais.

Taylor entendia que a hierarquização evitava a desordem predominante do tempo no qual a organização ficava por conta dos trabalhadores. Separou, dessa forma, o trabalho manual do trabalho intelectual, dividindo os funcionários entre aqueles que eram pagos para pensar de modo complexo (planejar), e aqueles que eram pagos, e mal pagos, para executar.

Dessa forma, da mão-de-obra operária, naquela época, não eram exigida a escolarização. O trabalho

sistemático fazia dos trabalhadores peças descartáveis, pois peças de reposição não faltavam. Nesse sentido, era grande a economia na folha de pagamento das indústrias, pois a maioria dos trabalhadores era sem qualificação.

À direção, ou aos gerentes, cabia controlar, dirigir e vigiar os trabalhadores, impedindo inclusive qualquer conversa entre os mesmos. Aos trabalhadores só restava obedecer e produzir incessantemente.

FORDISMO

Fordismo, termo criado por Henry Ford, em 1914 refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados em 1913 pelo empresário americano Henry Ford (1863-1947), autor do livro "Minha filosofia e indústria", fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit. Trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa. Ou seja, esse "conjunto de mudanças nos processos de trabalho (semi-automatização, linhas de montagem)" é intimamente vinculado as novas formas de consumo social.

Esse modelo revolucionou a indústria automobilística a partir de janeiro de 1914, quando Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada. Ele seguiu à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época. Suas fábricas eram totalmente verticalizadas. Ele possuía desde a fábrica de vidros, a plantação de seringueiras, até a siderúrgica.

De fato, Ford criou o mercado de massa para os automóveis. Sua obsessão era tornar o automóvel tão barato que todos poderiam comprá-lo.

Uma das principais características do fordismo foi o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado. Buscava-se assim a eliminação do movimento inútil: o objeto de trabalho era entregue ao operário, em vez de ele ir buscá-lo. Cada operário realizava apenas uma operação simples ou uma pequena etapa da produção. Desta forma não era necessária quase nenhuma qualificação dos trabalhadores.

O método de produção fordista exigia vultosos investimentos em máquinas e instalações, mas permitiu que a Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro produzido segundo o sistema

fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como "Ford Bigode".

Juntamente com o sucesso das vendas do modelo "T" e do fordismo, criou-se o chamado ciclo da prosperidade que mudaria a economia dos Estados Unidos e a vida de muitos americanos da época. Muitos outros setores, como o têxtil, siderúrgico, energético (combustível), entre tantos outros, foram afetados direta ou indiretamente pelo desenvolvimento da indústria automobilística e tiveram um crescimento substancial. Mais rodovias foram construídas, propiciando maior facilidade de locomoção da população e dando lugar ao surgimento de novos polos comerciais ao longo de sua extensão.

O fordismo teve seu ápice no segundo pós-guerra (1945-1968), que ficaram conhecidas na história do capitalismo como os anos dourados. Entretanto, a rigidez deste modelo de gestão industrial foi a causa do seu declínio. Ficou famosa a frase de Ford, que dizia que poderiam ser produzidos automóveis de qualquer cor, desde que fossem pretos. Isto porque a tinta preta secava mais rapidamente, e os carros poderiam ser montados em menos tempo.

A partir da década de 1970, o fordismo entra em declínio. A General Motors flexibiliza sua produção e seu modelo de gestão. Lança diversos modelos de veículos, várias cores e adota um sistema de gestão profissionalizado, baseado em colegiados. Com isto a GM ultrapassa a Ford, como a maior montadora do mundo.

TOYOTISMO

Toyotismo é o modelo japonês de produção, criado pelo japonês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, o novo modelo era ideal para o cenário japonês, ou seja, um mercado menor, bem diferente dos mercados americano e europeu, que utilizavam os modelos de produção Fordista e Taylorista.

Na década de 70, em meio a uma crise de capital, o modelo Toyotista espalhou-se pelo mundo. A ideia principal era produzir somente o necessário, reduzindo os estoques (flexibilização da produção), produzindo em pequenos lotes, com a máxima qualidade, trocando a padronização pela diversificação e produtividade. As relações de trabalho também foram modificadas, pois agora o trabalhador deveria ser mais qualificado, participativo e polivalente, ou seja, deveria estar apto a trabalhar em mais de uma função.

Os desperdícios detectados nas fábricas montadoras foram classificados em sete tipos: produção antes do tempo necessário, produção maior do que o necessário, movimento humano

(por isso o trabalho passou a ser feito em grupos), espera, transporte, estoque e operações desnecessárias no processo de manufatura.

As principais características do modelo toyotista são:

- Flexibilização da produção - produzir apenas o necessário, reduzindo os estoques ao mínimo.
- Automatização - utilizando máquinas que desligavam automaticamente caso ocorresse qualquer problema, um funcionário poderia manusear várias máquinas ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com pessoal.
- Just in time (na hora certa) - sem espaço para armazenar matéria-prima e mesmo a produção, criou-se um sistema para detectar a demanda e produzir os bens, que só são produzidos após a venda.
- Kanban (etiqueta ou cartão) - método para programar a produção, de modo que o just in time se efetive.
- Team work (trabalho em equipe) - os trabalhadores passaram a trabalhar em grupos, orientados por uma líder. O objetivo é de ganhar tempo, ou eliminar os "tempos mortos".
- Controle de qualidade total - todos os trabalhadores, em todas as etapas da produção são responsáveis pela qualidade do produto e a mercadoria só é liberada para o mercado após uma inspeção minuciosa de qualidade. A ideia de qualidade total também atinge diretamente os trabalhadores, que devem ser "qualificados" para serem contratados. Dessa lógica nasceram os certificados de qualidade, ou ISO.

Embora possa parecer que o modelo toyotista de produção valorize mais o trabalhador do que os modelos anteriores (fordista e taylorista), tal impressão é uma ilusão. Na realidade da fábrica, o que ocorre é o aumento da concorrência entre os trabalhadores, que disputam melhores índices de produtividade entre si. Tais disputas sacrificam cada vez mais o trabalhador, e tem como consequência, além do aumento da produtividade, o aumento do desemprego. Em suma, a lógica do mercado continua sendo a mesma: aumentar a exploração de mais-valia do trabalhador.

Capítulo 6

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O desenvolvimento industrial brasileiro se deu lentamente e somente aconteceu após o rompimento de obstáculos e de medidas políticas, como nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, que foram imprescindíveis para que as indústrias se proliferassem no Brasil. Pois, os longos anos em que o território brasileiro foi colônia portuguesa, a economia se restringiu à prática da agricultura conhecida também como monocultura, isto é, o plantio de um único tipo de produto, como o açúcar.

A coroa portuguesa proibia a instalação do comércio manufatureiro no Brasil para justamente impedir o crescimento de sua colônia, para que ela continuasse somente fornecendo produtos agrícolas para o mercado externo. Porém, foi a partir do processo de independência do Brasil que iniciaram pequenas mudanças econômicas, principalmente, na metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira em que os altos lucros propiciaram investimentos em outras atividades econômicas, como a indústria.

Foi nesse cenário dos grandes lucros da economia cafeeira que surgiram empresários como Irineu Evangelista de Souza (o Barão de Mauá), preocupados com o desenvolvimento das estradas de ferro, das cidades e de toda infraestrutura necessária para o crescimento do país. Contudo, as primeiras indústrias foram surgindo de maneira paulatina, no final do século XIX e início do XX, elas representavam ainda uma baixa participação na economia nacional.

Mediante a isso, o Brasil importava praticamente todos os produtos industrializados, pois suas indústrias não haviam desenvolvido o suficiente. A Europa, como a região do globo que mais se industrializava, não queria o desenvolvimento industrial brasileiro, pois perderia mercado consumidor. O Brasil, portanto, dependeu exclusivamente da economia agrícola até a metade do século XX e, por isso, enfrentou sérios problemas econômicos e políticos.

A crise de 1929 foi um exemplo da fragilidade da economia brasileira e também um aviso de que o país necessitava diversificar sua produção. Foi com a entrada de Getúlio Vargas em 1930 que o processo de industrialização tornou-se o eixo norteador das discussões e medidas políticas. Foi também na Era Vargas que importantes medidas aconteceram para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Um exemplo da política varguista foi a construção da Usina de Volta Redonda no Rio de Janeiro como também as construções da

Companhia Vale do Rio Doce, destinadas à exploração do minério de ferro em Minas Gerais, e da Petrobrás em 1953, que contribuíram bastante para o aceleração do crescimento industrial. Além disso, Vargas criou as leis trabalhistas preparando o país para a organização no crescimento das indústrias, como foi o caso da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

O crescimento industrial ganhou maior dimensão a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) com a criação de medidas alfandegárias para a vinda de empresas internacionais para o Brasil. Esse período foi conhecido pelo seu otimismo no que tange ao crescimento da economia brasileira em que medidas como o Plano de Metas incentivaram a produção industrial.

Essa política do JK para estimular o crescimento industrial ficou conhecida como nacional-desenvolvimentista, ela concentrava suas atenções em investimentos na área de energia e de transportes. Para isso, JK utilizou o capital estrangeiro permitindo a entrada de empresas multinacionais para o Brasil, como a montadora de automóveis, Volkswagen.

Destarte, foram com essas medidas políticas do governo de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubistchek que a industrialização brasileira adquiriu vida própria e obteve um crescimento vertiginoso, principalmente nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

O Brasil é considerado um país emergente ou em desenvolvimento. Apesar disso, está quase um século atrasado industrialmente e tecnologicamente em relação às nações que ingressaram no processo de industrialização no momento em que a Primeira Revolução Industrial entrou em vigor, como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e outros.

As indústrias no Brasil se desenvolveram a partir de mudanças estruturais de caráter econômico, social e político, que ocorreram principalmente nos últimos trinta anos do século XIX.

O conjunto de mudanças aconteceu especialmente nas relações de trabalho, com a expansão do emprego remunerado que resultou em aumento do consumo de mercadorias, a abolição do trabalho escravo e o ingresso de estrangeiros no Brasil como italianos, alemães, japoneses, dentre muitas outras nacionalidades, que vieram para compor a mão de obra, além de contribuir no povoamento do país, como ocorreu na região Sul. Um dos maiores acontecimentos no campo político foi a proclamação da República. Diante desses

acontecimentos históricos, o processo industrial brasileiro passou por quatro etapas.

- Primeira etapa: essa ocorreu entre 1500 e 1808, quando o país ainda era colônia. Dessa forma, a metrópole não aceitava a implantação de indústrias (salvo em casos especiais, como os engenhos) e a produção tinha regime artesanal.

- Segunda etapa: corresponde a uma fase que se desenvolveu entre 1808 a 1930, que ficou marcada pela chegada da família real portuguesa em 1808. Nesse período foi concedida a permissão para a implantação de indústria no país a partir de vários requisitos, dentre muitos, a criação, em 1828, de um tributo com taxas de 15% para mercadorias importadas e, em 1844, a taxa tributária foi para 60%, denominada de tarifa Alves Branco. Outro fator determinante nesse sentido foi o declínio do café, momento em que muitos fazendeiros deixaram as atividades do campo e, com seus recursos, entraram no setor industrial, que prometia grandes perspectivas de prosperidade. As primeiras empresas limitavam-se à produção de alimentos, de tecidos, além de velas e sabão. Em suma, tratava-se de produtos sem grandes tecnologias empregadas.

- Terceira etapa: período que ocorreu entre 1930 e 1955, momento em que a indústria recebeu muitos investimentos dos ex-cafeicultores e também em logística. Assim, houve a construção de vias de circulação de mercadorias, matérias-primas e pessoas, proveniente das evoluções nos meios de transporte que facilitaram a distribuição de produtos para várias regiões do país (muitas ferrovias que anteriormente transportavam café, nessa etapa passaram a servir os interesses industriais). Foi instalada no país a Companhia Siderúrgica Nacional, construída entre os anos de 1942 e 1947, empresa de extrema importância no sistema produtivo industrial, uma vez que abastecia as indústrias com matéria-prima, principalmente metais. No ano de 1953, foi instituída uma das mais promissoras empresas estatais: a PETROBRAS.

- Quarta etapa: teve início em 1955, e segue até os dias de hoje. Essa fase foi promovida inicialmente pelo presidente Juscelino Kubitschek, que promoveu a abertura da economia e das fronteiras produtivas, permitindo a entrada de recursos em forma de empréstimos e também em investimentos com a instalação de empresas multinacionais. Com o ingresso dos militares no governo do país, no ano de 1964, as medidas produtivas tiveram novos rumos, como a intensificação da entrada de empresas e capitais de origem estrangeira comprometendo o crescimento autônomo do país, que resultou no incremento da dependência econômica, industrial e tecnológica em relação aos países de economias consolidadas. No fim do século

XX houve um razoável crescimento econômico no país, promovendo uma melhoria na qualidade de vida da população brasileira, além de maior acesso ao consumo. Houve também a estabilidade da moeda, além de outros fatores que foram determinantes para o progresso gradativo do país.

Consequências da Industrialização no Brasil

O processo de industrialização brasileira apresentou vários aspectos positivos, mas também negativos.

Aspectos positivos:

- O Brasil deixou de ser dependente das exportações de produtos agrícolas;
- Os salários nas indústrias, com o tempo, ficaram mais atrativos do que no campo;
- A industrialização gerou renda, aumentou o consumo e impulsionou o crescimento da economia brasileira;
- O preço de produtos industrializados passou a ficar mais barato para o consumidor brasileiro. Antes, os manufaturados importados chegavam aos brasileiros a preços exorbitantes, limitando o consumo às classes sociais mais elevadas.

Aspectos negativos:

- Aumentou o êxodo rural, criando uma alta concentração populacional nas grandes cidades. Esse fato gerou problemas sociais (falta de moradia, aumento da violência, etc.);
- Aumentou o nível de poluição do ar gerado pelas indústrias. Estas também foram responsáveis, principalmente no século XX, pelo aumento da poluição de rios e contaminação dos solos;
- O uso cada vez mais maior de máquinas e equipamentos tecnológicos fez aumentar o desemprego nas indústrias.

Capítulo 7

FLUXOS MIGRATÓRIOS

O termo "migrações" corresponde à mobilidade espacial da população, ou seja, é o ato de trocar de país, de região, de estado ou até de domicílio. Esse fenômeno pode ser desencadeado por uma série de fatores: religiosos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais.

No Brasil, os aspectos econômicos sempre impulsionaram as migrações internas. Durante os séculos XVII e XVIII, a intensa busca por metais preciosos desencadeou grandes fluxos migratórios com destino a Goiás, Mato Grosso e, principalmente, Minas Gerais. Em seguida, a expansão do café nas cidades do interior paulista atraiu milhares de migrantes, em especial mineiros e nordestinos.

No século XX, o modelo de produção capitalista criou espaços privilegiados para a instalação de indústrias no território brasileiro, fato que promoveu a centralização das atividades industriais na Região Sudeste. Como consequência desse processo, milhares de brasileiros de todas as regiões se deslocaram para as cidades do Sudeste, principalmente para São Paulo.

Outra consequência do atual modelo de produção é a migração da população rural para as cidades, fenômeno denominado êxodo rural. Essa modalidade de migração se intensificou nas últimas cinco décadas, pois as políticas econômicas favorecem os grandes latifundiários (empréstimos bancários), além da mecanização das atividades agrícolas em substituição da mão de obra.

A Região Sudeste que, historicamente, recebeu o maior número de migrantes, tem apresentado declínio na migração, consequência da estagnação econômica e do aumento do desemprego na região. Nesse sentido, ocorreu uma mudança no cenário nacional dos fluxos migratórios, onde a Região Centro-Oeste passou a ser o principal destino.

As políticas públicas de ocupação e desenvolvimento econômico da porção oeste do território brasileiro intensificaram a migração para o Centro-Oeste. Entre as principais medidas para esse processo estão: construção de Goiânia, construção de Brasília, expansão da fronteira agrícola e investimentos em infraestrutura. O reflexo dessa política é que 30% da população do Centro-Oeste são oriundas de outras regiões do Brasil, conforme dados de 2008 divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Outro aspecto das migrações internas no Brasil é que os fluxos são mais comuns dentro dos próprios estados ou regiões de origem do migrante. Esse fato se deve à descentralização da atividade industrial

no país, antes concentrada na Região Sudeste e em Regiões Metropolitanas.

Migrar corresponde à mobilidade espacial da população, ou seja, é o ato de trocar de país, estado, região, ou até mesmo de domicílio. A migração internacional consiste na mudança de moradia com destino a outro país. Tal ocorrência vem sendo promovida ao longo de muitos anos, a exemplo disso cita-se a migração forçada de africanos no intento de realizarem trabalhos escravos em outros continentes. A partir daí, esses fluxos migratórios internacionais têm se intensificado cada vez mais nas últimas décadas.

O processo de migração internacional pode ser desencadeado por diversos fatores: em consequência de desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, causas relacionadas a estudos em busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros. O principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais é o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações.

Conforme relatório de desenvolvimento humano de 2009, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 195 milhões de pessoas moram fora de seus países de origem, o equivalente a 3% da população mundial, sendo que cerca de 60% desses imigrantes residem em países ricos e industrializados. No entanto, em decorrência da estagnação econômica oriunda de alguns países desenvolvidos, estima-se que em 2010, 60% das migrações ocorram entre países em desenvolvimento.

Os principais destinos da migração internacional são os países industrializados, entre eles estão: Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e as nações da União Europeia. Os Estados Unidos possuem o maior número de imigrantes internacionais – dos 195 milhões, 39 milhões residem naquele país.

A migração internacional promove uma série de problemas socioeconômicos. Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intento de restringir a entrada de imigrantes, o tráfico destes tem se intensificado bastante. No entanto, esses mesmos países adotam ações seletivas, permitindo a entrada de profissionais qualificados e provocando a "fuga de cérebros" dos países em desenvolvimento, ou seja, pessoas com aptidões técnicas e dotadas de conhecimentos são bem-vindas.

Outra consequência é o fortalecimento da discriminação atribuída aos imigrantes internacionais, processo denominado “xenofobia”.

XENOFOBIA NA EUROPA

O problema da xenofobia na Europa vem intensificando-se ao longo do tempo. O continente, assim como os Estados Unidos, é um dos locais do mundo que mais recebem imigrantes, além de contar com uma elevada migração interna, graças à livre circulação de pessoas que atinge a maior parte dos países-membros da União Europeia. Com isso, a xenofobia, que é a aversão, o preconceito ou a intolerância para com grupos estrangeiros, aumenta a cada dia.

Os aumentos dessas migrações internacionais estão geralmente ligados a fatores de repulsão e de atração. Os primeiros são aqueles que contribuem para a saída rápida do migrante, seja por razões econômicas, por falta de recursos naturais, por crises humanitárias ou ocorrências de guerras ou guerrilhas. Já os fatores de atração são aqueles que se relacionam às condições oferecidas pelos lugares de destino, como uma economia estável ou uma grande oferta de emprego, melhor qualidade de vida, entre outros elementos.

No caso da Europa, há a combinação de ambos os fatores. De um lado, a população de países subdesenvolvidos busca no “velho continente”, além de emprego, melhores condições de vida, fugindo da realidade econômica de seus locais de origem. Com isso, há uma grande quantidade de estrangeiros vivendo na Europa, com uma estimativa de seis milhões de pessoas, entre migrantes legais e ilegais.

Assim, aumenta-se a intolerância para com os grupos estrangeiros, motivada pelas diferenças culturais e sociais, com inúmeros casos de intolerância social, racial e religiosa. Não obstante, a população europeia também se considera ameaçada pelos estrangeiros, com o receio de que eles diminuam a oferta de emprego e atrapalhem os rumos da economia, enviando dinheiro ao exterior (geralmente, seus lugares de origem) e diminuindo a circulação econômica interna. Tais medos intensificaram-se durante a recente crise econômica financeira.

Outra questão que se relaciona com o aumento da xenofobia na Europa é o crescimento de grupos partidários e políticos de extrema-direita que costumam alimentar uma linha ideológica baseada no antissemitismo, no conservadorismo e outros ideais fascistas, como a “pureza” dos povos europeus. A emergência de posições desse tipo intensificou, inclusive, medidas de Estado envolvendo atitudes xenófobas na Europa, como a construção do Muro de Ceuta, construído pelos

espanhóis na África para separar a cidade de Ceuta do território marroquino, dificultando assim a entrada de migrantes.

Outro exemplo de ação de xenofobia praticada pelos políticos espanhóis refere-se às várias perseguições e tentativas de expulsão de povos ciganos, oriundos principalmente da Romênia, por parte dos governos da França e da Itália, totalizando milhares de extraditados de maneira voluntária (através do oferecimento de dinheiro para que deixem o país) ou involuntária (à força).

Apesar de a União Europeia ter criado, já em 1997, o Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, ainda há muito o que se avançar no velho continente no que diz respeito à intolerância social e política para com estrangeiros. O mesmo desafio é enfrentado por outros territórios, como os Estados Unidos e, recentemente, países emergentes, que vêm se tornando novos vetores para a chegada de migrantes à procura de melhores condições vida.

Capítulo 8

CONFLITOS ÉTNICOS

Alguns conflitos envolvem diferentes grupos étnicos dentro de um mesmo Estado, pois há povos que formam uma nação sem Estado. Ocupam um território, mantêm suas características culturais (religião, idioma e tradições), mas não possuem independência, reconhecimento.

Entre os diversos conflitos étnicos que existem, o que ocorre na Irlanda do Norte e o que ocorre na Espanha e França.

A região denominada “País Basco” (Euskadi, em vasconço – idioma local) abrange o Norte da Espanha e o Sudoeste da França. Do primeiro país, engloba as províncias de Álava, Guipúscoa e Biscaia e as províncias autônomas de Navarra; do segundo, engloba as regiões de Sola, Lapurdi e Baixa Navarra.

O povo basco está estabelecido, historicamente, neste mesmo território há aproximadamente 5 mil anos, entretanto há indícios que remontam sua cultura à pré-história europeia. Resistiram às sucessivas invasões de romanos, visigodos, francos, mouros, dentre outros.

A população basca sempre tentou manter sua independência econômica, política, social e territorial. A partir do século IX iniciou-se, na Península Ibérica, a formação de vários reinos independentes.

No século XVI, parte do Reino de Navarra foi anexado à Espanha e parte à França, ficando o povo basco dividido entre esses dois países.

Os bascos conservaram, desde a Idade Média, relativa autonomia administrativa e comercial, embora tivessem que pagar tributos aos dominadores, sendo duramente reprimidos em muitos momentos de sua história.

Em 1931, com a queda da monarquia espanhola, os bascos iniciaram nova tentativa de independência. As divergências políticas internas eram grandes e o descontentamento era geral. Nas eleições de 1936, republicanos, socialistas e comunistas se uniram na Frente Popular, obtendo vitória. O governo, com maioria de esquerda, anistiou presos políticos e fez uma reforma agrária; no entanto os conflitos de rua continuavam (articulados pela direita). Num dos conflitos, um líder de direita foi assassinado, abrindo caminho para a ação do exército do general Francisco Franco, dando início à Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Franco pediu apoio a Hitler para realizar um grande ataque sendo prontamente atendido, realizando muitos bombardeios em Madri.

Hitler viu nesse conflito uma forma de testar novas armas de guerra e, juntamente com Franco, escolheu um local para um bombardeio ininterrupto de sua força aérea. A cidadezinha de Guernica foi escolhida, pois era um alvo fácil, desarmado, onde havia um grande carvalho embaixo do qual, desde a Idade Média, os reis espanhóis juravam respeitar o conselho, as leis, os costumes dos bascos. Também era uma demonstração do que aconteceria com todos aqueles que sonhavam com uma Espanha federalista. Aproximadamente 40% da população foi morta ou ferida. Tal acontecimento ficou imortalizado pelas mãos de Pablo Picasso - pintor e desenhista de origem espanhola.

A autonomia regional foi abolida na ditadura de Francisco Franco, sendo reestabelecida parcialmente em 1979, com a assinatura do Tratado do Estatuto de Autonomia de Guernica.

Os bascos resistiram à aculturação mantendo suas tradições e sua língua (euskera ou vasconço), que não apresenta nenhuma semelhança com as demais faladas no continente. Segundo os bascos, a fronteira de seu país (território) é nítida, sendo delimitada pela língua, ou seja, começa onde se fala o vasconço e termina onde este deixa de ser usado.

Na França, a população basca é pequena, mas na Espanha, esta é vista como ameaça. Em alguns momentos viveram um massacre silencioso e indireto, pois tiveram a proibição do ensino de seu idioma nas escolas, como tentativa de ‘matar’ o elo cultural que une seu povo, não podendo se manifestar política e culturalmente.

Nesse contexto surgiu, em 1959, a ETA (Euskadi Ta Askatasuna – Pátria Basca e Liberdade), originado do conservador PNV (Partido Nacionalista Basco, fundado em 1894), a partir da atividade de vários grupos culturais e políticos que atuavam na sociedade. A ETA é uma organização que objetiva conseguir a independência do país Basco, incorporando a este todas as áreas onde se fala o euskera, pois, conforme já citado, é por meio do idioma que suas fronteiras são estabelecidas.

Posteriormente, a ETA aderiu à luta armada, transformando-se em grupo terrorista. A opinião popular ficou dividida, pois muitos são contra a violência como forma de conseguir a autonomia basca, porém outros defendem que a luta armada é a única forma de consegui-la.

A questão é ampla, envolvendo aspectos culturais, políticos e econômicos, pois o País Basco é uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas da Espanha, além de possuir grande concentração

industrial (Bilbao, um centro siderúrgico, e Guipúscoa, com destaque desde o século XVI na produção de armas).

A QUESTÃO TERRITORIAL DA IRLANDA

O outro caso de conflito étnico que vamos tratar é o da Irlanda do Norte (Ulster), onde o conflito também é latente, envolvendo questões políticas e culturais, tendo como pano de fundo a divergência entre católicos e protestantes. Suas origens remontam ao século XII, quando a Irlanda passou a ser dominada pela Inglaterra, período em que ainda não havia ocorrido a fragmentação do cristianismo, intensificando-se com o surgimento do anglicanismo, no século XVI. No século XVII, intensificam-se as lutas pela posse da terra, por autonomia política e divergências religiosas, pois o anglicanismo já havia sido declarado como religião oficial da Inglaterra e os irlandeses persistiam no catolicismo. Não aceitar a imposição religiosa era uma forma de resistência cultural.

Nesse contexto de intensas disputas, em 1641, os irlandeses (católicos) atacaram os ingleses (protestantes), sendo violentamente reprimidos por Cromwell, num longo massacre prolongado, pela resistência, até 1652, levando ao extermínio grande parte da população irlandesa. A maior parte das terras do país foi distribuída entre soldados e financiadores do exército puritano. Muitos sobreviventes emigraram e outros foram escravizados.

Os conflitos e a opressão do dominador sobre o dominado persistiram. No século XIX, o nacionalismo irlandês ganhou nova forma ao assumir um aspecto mais cultural e econômico, iniciado com a tentativa de reviver seu idioma, o gaélico, nas escolas, pela organização cooperativista na agricultura e a tentativa de industrialização. Muitos foram os levantes pela independência. Como tentativa de eliminar o poder inglês e conquistar a independência, surgiu, em 1919, o IRA - Exército Republicano Irlandês.

A Irlanda tornou-se Estado independente em 1921, em meio a fortes conflitos e movimentos sociais, entretanto a Inglaterra manteve sob seu poder o norte (Ulster). A independência só foi reconhecida após a Segunda Guerra Mundial, passando a denominar-se Eire, mas uma porção norte ainda permaneceu junto ao Reino Unido - Irlanda do Norte.

Os irlandeses nunca aceitaram a separação, pois ainda desejam ter todos os irlandeses unidos num mesmo Estado-nação. Nesse contexto, o IRA atuou reivindicando a unificação do país, alternando momentos de reivindicação pacífica da população com atentados terroristas.

O Ulster é uma região de solo fértil, que concentra um grande parque industrial, destacando-se a indústria têxtil, automotiva, construção naval, aviação, eletroeletrônicos e muitas indústrias de bens de consumo não-duráveis, além de petróleo.

A minoria católica (42%) deseja a unificação com a Irlanda, fato que contestado pela maioria protestante (58%), que controla o governo e ocupa os melhores postos de trabalho, desejando a permanência da unificação com o Reino Unido.

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO DOS CURDOS

Outro caso de conflitos étnicos territoriais é, por exemplo, o dos curdos no Oriente Médio, que formam uma grande nação a lutar pela independência e reconhecimento de seu território, o Curdistão.

Os curdos são descendentes de pastores e vivem há milhares de anos nas montanhas da Ásia Central, fato que permitiu a manutenção de sua cultura, apesar do contato com outros povos.

No passado foram dominados por romanos, persas e otomanos. Muitos se refugiavam nas áreas montanhosas.

A dominação motivou a união dos curdos, a fim de expulsar os invasores de suas terras, reivindicando um Estado baseado na língua e nas tradições curdas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) apoiou a independência dos curdos (República de Mahabad), mas a influência dos Estados Unidos da América levou outros países da região a demonstrar rivalidade para com a URSS, que decidiu pela retirada do apoio.

No período de 1980/1988, durante a guerra Irã X Iraque, os curdos se viram no meio do conflito, devido à sua localização. Aproveitando a ocasião, a Turquia intensificou os ataques aos curdos, pois era a chance de eliminar um povo indesejado. Após o fim da guerra, os massacres passaram a ser praticados por parte do governo Iraquiano, desencadeando um grande movimento migratório para vários países da região, nos quais, muitas vezes, não foram aceitos.

Capítulo 9

O APARTHEID: SEGREGAÇÃO RACIAL

O apartheid [apartáid] (pronúncia em africâner: [e'pərtʰəit], significando "separação") foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca.

A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o apartheid foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor", e "indianos"), segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. A partir de finais da década de 1970, os negros foram privados de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias tribais autônomas chamadas de bantustões. Nessa altura, o governo já havia segregado a saúde, a educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos.

O apartheid trouxe violência e um significativo movimento de resistência interna, bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul. Uma série de revoltas populares e protestos causaram o banimento da oposição e a detenção de líderes antiapartheid. Conforme a desordem se espalhava e se tornava mais violenta, as organizações estatais respondiam com o aumento da repressão e da violência.

Reformas no regime durante a década de 1980 não conseguiram conter a crescente oposição, e em 1990, o presidente Frederik Willem de Klerk iniciou negociações para acabar com o apartheid, o que culminou com a realização de eleições multirraciais e democráticas em 1994, que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela.

Colônia do Cabo foi estabelecida em 1652 pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, com o intuito de fornecer uma escala aos navios da empresa a caminho da Indonésia. Os holandeses foram os primeiros europeus a se estabelecerem no sul do continente africano. Os bôeres (do holandês boer, ou "agricultor"), como ficaram conhecidos os primeiros colonizadores, utilizavam o trabalho escravo dos nativos em suas plantations litorâneas.

Em 1800, a colônia do Cabo foi tomada pelo Reino Unido, se transformando em possessão britânica em 1814, por ocasião do Congresso de Viena. Após 1834, quando a escravidão foi abolida em todo o Império Britânico, graves atritos começaram a surgir entre os bôeres e os britânicos, o que culminaria na Grande Migração em direção

aos planaltos interiores, iniciada em 1835. Os bôeres se dirigiram ao norte do atual território sul-africano, atravessando as montanhas Drakensberg e levando consigo seus escravos negros. Na segunda metade do século XIX, fundaram as repúblicas do Orange e do Transvaal, que nasceram do massacre dos povos nativos e se constituíam como sociedades fundadas na opressão racial.

Legislação do apartheid

De acordo com os líderes do Partido Nacional, a África do Sul não formava uma única nação, mas sim quatro nações composta por quatro grupos raciais distintos: brancos, negros, de cor (mestiços) e indianos. Estes grupos foram divididos em mais de treze "nações" ou federações raciais. Os brancos abrangiam todos os falantes de inglês ou africânder; a população negra foi dividida em dez grupos linguísticos.

Logo após sua posse, o novo governo aprovou várias leis que pavimentaram o caminho para o "grande apartheid", centrado em separar as raças em grande escala, através da separação das pessoas em espaços para cada raça. Entre os governos de Malan e Balthazar Johannes Vorster, o regime nacionalista aprovou mais de 300 leis relativas ao apartheid.

A primeira grande legislação do apartheid foi a Lei de Registro Populacional, de 1950, que formalizou a divisão racial através da introdução de um cartão de identidade para todas as pessoas com idade superior a dezoito anos, especificando a qual grupo racial cada uma delas pertencia. Equipes oficiais ou conselhos foram criados para determinar a raça de indivíduos cuja etnia não era claramente identificada. Tais casos trouxeram complicações, especialmente para os mestiços, que em alguns casos tiveram membros de suas famílias separados em raças distintas.

O segundo pilar do apartheid, a Lei de Áreas de Agrupamento, veio em 1950. Até então, a maioria dos assentamentos continha pessoas de diferentes raças vivendo lado a lado. Esta lei pôs fim a diversas áreas urbanas e determinou onde cada um deveria viver de acordo com sua raça. A cada raça foi atribuída uma área específica, o que foi mais tarde utilizado como base para remoções forçadas. Legislação adicional aprovada em 1951 permitia que o governo demolisse favelas habitadas por negros e forçava os empregadores brancos a pagar pela construção de moradias para os trabalhadores negros que foram autorizados a residir nas cidades reservadas para pessoas brancas.

Em 1949, a Lei de Proibição dos Casamentos Mistos tornou ilegal o casamento entre pessoas de raças diferentes. No ano seguinte, a Lei da

Imoralidade tornou crime relações sexuais entre pessoas de raças diferentes.

Em 1953, a Lei de Reserva dos Benefícios Sociais determinou que locais públicos poderiam ser reservados para determinada raça, criando, entre outras coisas, praias, ônibus, hospitais, escolas e universidades segregados. Placas com os dizeres "apenas para brancos" tiveram seu uso difundido em locais públicos, incluindo até mesmo bancos de praças. Sob a mesma legislação, o governo se isentava da responsabilidade de oferecer serviços públicos da mesma qualidade para todos os cidadãos. Aos negros eram fornecidos serviços de qualidade muito inferior àqueles prestados aos brancos – e, em menor medida, àqueles prestados aos indianos e mestiços. Em 1956, a discriminação racial no local de trabalho foi formalizada.

Outras leis tinham, como objetivo, reprimir a resistência, especialmente armada, ao regime de apartheid. Em 1950, a Lei de Supressão ao Comunismo baniu o Partido Comunista Sul Africano e qualquer outra organização política que o governo decidisse catalogar como sendo "comunista". Qualquer manifestante contra o regime poderia ser tachado de "comunista", se sujeitando a graves penas. Encontros não organizados junto ao governo foram proibidos, assim como algumas organizações da sociedade civil que foram encaradas como uma ameaça ao regime.

A educação foi segregada através da Lei de Educação Bantu de 1953, que criou um sistema educacional separado para os estudantes negros, projetado para preparar os jovens negros para passarem o resto da vida como trabalhadores braçais. Em 1959, foram criadas universidades específicas para negros, mestiços e indianos. As universidades já existentes foram proibidas de matricular novos alunos negros. Em 1974, um decreto passou a exigir o uso do africâner e do inglês em condições de igualdade em escolas de ensino médio fora dos bantustões.

A Lei de Autodeterminação dos Bantu de 1951 criou estruturas governamentais separadas para cidadãos negros, sendo a primeira legislação estabelecida para apoiar o plano do governo de separar o país em bantustões. A Lei de Promoção do Auto-Governo Negro de 1958 deu suporte à política do Partido Nacional de criar "pátrias" (em inglês: homelands) nominalmente independentes para o povo negro. As chamadas "unidades autônomas Bantu" foram propostas. Elas teriam poderes administrativos descentralizados, com a promessa de que mais tarde iriam adquirir autonomia política e autogoverno. A Lei de Investimento Corporativo nos Bantu de 1959 criou um mecanismo de transferência de capital para as homelands com a

finalidade de geração de emprego nelas. Em 1967, foi criada legislação que permitia, ao governo, parar o desenvolvimento industrial em cidades "brancas" e redirecionar tal desenvolvimento para as homelands. A Lei de Cidadania da Pátria Negra de 1970 marcou uma nova fase na estratégia do regime de promover os bantustões. O governo mudou o status dos negros que viviam na África do Sul para que deixassem de ser cidadãos sul-africanos e se tornassem cidadãos de um dos dez territórios autônomos. O objetivo do Partido Nacional era garantir que os brancos se tornassem maioria na população sul-africana, incitando todos os dez bantustões a proclamar "independência".

O contato inter-racial nos esportes era desaprovado, mas não havia legislação segregando os esportes. O governo mantinha as práticas esportivas segregadas utilizando outras legislações, como a Lei de Áreas de Agrupamento.

O governo do Partido Nacional reforçou as leis de passe já existentes, obrigando os negros sul-africanos a carregar documentos de identificação a fim de evitar a migração de negros para a África do Sul "branca". Quaisquer moradores negros das cidades tinham de ser empregado, o que provocava uma exclusão em famílias, separando, assim, as esposas dos maridos e os pais dos filhos. Até 1956, as negras eram, em sua maioria, excluídas das leis de passes, na medida em que as tentativas de introduzir leis de passes para as mulheres negras eram recebidas com grande resistência pelo eleitorado.

Conclusão

Em 10 de Maio de 1994, Nelson Mandela fez o juramento como presidente da África do Sul diante de uma eufórica multidão. Dentre suas primeiras ações, foi criada a Comissão Verdade e Reconciliação e reescrita a Constituição. Na eleição multirracial seguinte, o ANC de Mandela ganhou com margem larga, efetivamente terminando com a era do apartheid. No entanto, a herança do apartheid e as desigualdades socioeconômicas que ele promoveu e sustentou podem vir a prejudicar a África do Sul por muitos anos no futuro ainda, apesar de que o nível de desigualdade do regime ser abaixo de alguns países desenvolvidos da atualidade.

Discriminação pós-apartheid

Após o fim do apartheid, o novo regime aplicou diversas ações afirmativas visando a beneficiar as vítimas do regime discriminatório. Porém o novo regime acabou por segregar os sul-africanos de origem chinesa que viviam no país desde o início do século e que também sofreram os efeitos discriminatórios do apartheid, mesmo que em menor escala. Somente em 2008, após a Associação

Chinesa da África do Sul entrar com uma ação na Suprema Corte Sul-Africana, os sul-africanos de origem chinesa passaram a ser definidos como "novos negros", se tornando, então, também elegíveis para os benefícios de compensação concedidos às vítimas do apartheid. A definição dos sul-africanos de origem chinesa como "novos negros" só irá beneficiar aqueles que já possuíam a cidadania sul-africana antes de 1994, excluindo os imigrantes pós-apartheid, o que deve beneficiar cerca de 15 000 dos atuais 300 000 chineses sul-africanos.

A não inclusão dos sul-africanos de origem chinesa nos benefícios às vítimas do apartheid se deve à confusão entre os imigrantes taiuaneses que, beneficiados pela relação amistosa de Taiwan com o regime do apartheid, foram considerados "brancos honorários", ao contrário dos chineses oriundos da China continental, descendentes dos trabalhadores das minas de ouro, cuja imigração foi proibida pelo Ato de Exclusão dos Chineses de 1904, que foram vítimas da segregação ao serem classificados como "pessoas de cor" pelo antigo sistema. Acredita-se que os inúmeros investimentos chineses e o interesse no crescente poderio econômico chinês por parte do governo sul-africano tenham contribuído para sanar esta última injustiça do apartheid.

O padrão de vida da minoria branca ainda é melhor do que o da maioria negra, porém, após o fim do apartheid, ocorreu um aumento da pobreza entre os membros da minoria branca. Nos últimos anos, a população branca é atingida por uma onda de violência, principalmente na zona rural, onde milhares de agricultores foram mortos. Desde o fim do apartheid, mais de 1 milhão de brancos deixaram o país. Em 2008, o cidadão sul-africano Brandon Huntley pediu que o Canadá o acolhesse com o status de refugiado, alegando que sofria perseguições em seu país por ser branco. A violência contra os brancos do país é tão grave, que o termo "genocídio" é usado para descrevê-lo. Em 8 de Janeiro de 2012, durante a celebração do centenário do Congresso Nacional Africano, o presidente Jacob Zuma cantou uma canção que incita a violência contra a minoria branca.

Capítulo 10

OS TIGRES ASIÁTICOS

O termo Tigres Asiáticos ou Quatro Tigres Asiáticos refere-se às economias desenvolvidas:

- Hong Kong;
- Coreia do Sul;
- Singapura;
- Taiwan.

Esses territórios e países localizados no sudeste da Ásia apresentaram grandes taxas de crescimento e rápida industrialização entre as décadas de 1960 e 1990.

A partir da década de 1980, alguns territórios do Pacífico malaio-asiático começaram a apresentar altos índices de crescimento econômico e influência no mercado mundial, sendo por isso designados tigres asiáticos.

Os termos lembram agressividade e é exatamente essa a característica fundamental das quatro economias (Hong Kong não é considerado Estado Nacional) que formam esse grupo. Eles se utilizaram de estratégias arrojadas para atrair capital estrangeiro - apoiada na mão-de-obra barata e disciplinada, na isenção de impostos e nos baixos custos de instalação de empresas.

O país asiático que iniciou esse ciclo rápido de crescimento foi o Japão, com uma bem sucedida reforma agrária, seguida de um aumento rápido da renda dos fazendeiros, que criou um mercado local para novas fábricas. O Japão atuou não só como estímulo, mas também como exemplo. A imensa e ininterrupta expansão da economia japonesa foi decisiva para criar um dinâmico mercado em toda a área circundante do Pacífico.

O crescimento mais marcante foi o apresentado pela Coreia do Sul, que a partir dali começou a ser conhecido como o "Milagre do rio Han". Na década de 1960, o país era um dos mais pobres países da região, com menor desenvolvimento. Da década de 1980 até o presente, a Coreia do Sul se transformou em um país desenvolvido, com renda alta e elevados valores de IDH e de PIB per capita. O progresso de Taiwan seguiu o mesmo rumo.

No final da década de 1990, as exportações chegavam a 202% do PNB (produto nacional bruto) em Singapura e a 132% em Hong Kong. O índice de crescimento era alto nos tigres, e, a despeito da crise asiática, a população tinha um alto nível de alfabetização e a economia girava em torno da construção naval, produtos têxteis, petroquímicos e equipamentos elétricos.

O crescimento mais notável ocorreu principalmente na economia de entropostos. Hong

Kong, graças à economia de mercado puro e, apesar de sobrecarregada pelas desvantagens do colonialismo (anteriormente existente enquanto colônia britânica), elevou sua renda per capita para cerca de seis vezes mais que a da República Popular da China.

Os Tigres compartilham muitas características com outras economias asiáticas, como Japão e China. Iniciaram o que passou a ser visto como uma particular aproximação asiática do desenvolvimento econômico. Alguns desses países estavam na década de 1960 com indicadores sociais semelhantes a de países africanos altamente estagnados; as principais transformações basearam-se em acesso à educação e criação de infraestrutura de transportes (fundamental para a exportação competitiva).

Com o tempo, o termo Tigre tornou-se sinônimo de nação que alcançou o crescimento com um modelo econômico voltado para exportação. Recentemente, nações do Sudeste asiático, como Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia também passaram a ser consideradas Tigres formando assim os Tigres Asiáticos de Segunda Geração ou os Novos tigres asiáticos.

Os Tigres asiáticos alcançaram o desenvolvimento com um modelo econômico exportador; esses territórios e nações produzem todo tipo de produto para exportá-los a países industrializados. O consumo doméstico é desestimulado por altas tarifas governamentais.

Eles encaram a educação como um meio de aumentar a produtividade. Os países melhoraram o sistema educacional em todos os níveis, assegurando que toda criança frequente o ensino fundamental e o ensino médio. Em geral estes avanços na educação permitiram altos níveis de alfabetização e habilidades cognitivas. Também investiu-se na melhoria do sistema universitário. Além disso, destaca-se a prática de incentivos fiscais a multinacionais.

Como os "Tigres" eram relativamente pobres durante a década de 1960, tinham abundância de mão-de-obra barata. Juntamente com a reforma educacional eles conseguiram aproveitar essa vantagem, criando uma força de trabalho de baixo custo, porém muito produtiva.

Eles promoveram a igualdade na forma de reforma agrária, para promover o direito de propriedade e para assegurar que os trabalhadores rurais não se prejudicassem. Também foram implantadas políticas de subsídios à agricultura.

Fatores do desenvolvimento

Além de um sério planejamento econômico, outros fatores favoreceram o desenvolvimento destes países. Alguns dos mais importantes:

- Investimento de capital estrangeiro, principalmente norte-americano e japonês, que via nesses países uma localização estratégica para fortalecer o capitalismo contra o socialismo, na época da Guerra Fria;
- Exploração da força de trabalho, relativamente barata, que compensava a falta de matérias-primas - as férias são muito reduzidas, a jornada de trabalho elevada e a previdência social restrita;
- Distribuição mais equilibrada de renda em relação a outros países capitalistas;
- Cooperação e transparência dos Estados;
- Economias voltadas fundamentalmente para o mercado externo;
- Ética confucionista - estabelece um modelo socioeconômico que enfatiza o equilíbrio social, a consciência de grupo, a hierarquia, a disciplina e o nacionalismo. As grandes empresas são vistas como grandes famílias, viabilizando, muitas vezes, a ordem e a maior produtividade.

Os Novos Tigres Asiáticos

Em consequência do grande desenvolvimento econômico dos Tigres Asiáticos, houve uma expansão para os países vizinhos do sudeste, o que proporcionou um processo de industrialização na Indonésia, Vietnã, Malásia, Tailândia e Filipinas. Além dos investimentos dos quatro Tigres originais, os novos Tigres passaram a fazer parte das redes de negócios de empresas dos Estados Unidos, do Japão e de outros países desenvolvidos.

Nesses novos Tigres foram instaladas indústrias tradicionais, como têxteis, calçados, alimentos, brinquedos e produtos eletrônicos. Nesses países há mão de obra menos qualificada que a encontrada nos quatro Tigres originais, porém, muito mais barata. Milhares de pequenas empresas produzem mercadorias sob encomenda, criadas e planejadas em outros países do mundo.

Capítulo 11

CHINA: O DRAGÃO ASIÁTICO

República Popular da China também conhecida simplesmente como China, é o maior país da Ásia Oriental e o mais populoso do mundo, com mais de 1,36 bilhão de habitantes, quase um quinto da população da Terra. É uma república socialista, governada pelo Partido Comunista da China (PCC) sob um sistema unipartidário e que tem jurisdição sobre vinte e duas províncias, cinco regiões autônomas (Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi), quatro municípios (Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing) e duas Regiões Administrativas Especiais com grande autonomia (Hong Kong e Macau). A capital da RPC é Pequim.

Com aproximadamente 9,6 milhões de quilômetros quadrados, a República Popular da China é o terceiro (ou quarto) maior país do mundo em área total e o terceiro maior em área terrestre. Sua paisagem é variada, com florestas de estepes e desertos (como os de Gobi e de Taklamakan) no norte seco e frio, próximo da Mongólia e da Sibéria (Rússia), e florestas subtropicais no sul úmido e quente, próximo ao Vietnã, Laos e Mianmar. O terreno do país, a oeste, é de alta altitude, com o Himalaia e as montanhas Tian Shan formando fronteiras naturais entre a China, a Índia e a Ásia Central. Em contraste, o litoral leste da China continental é de baixa altitude e tem uma longa faixa costeira de 14 500 quilômetros, delimitada a sudeste pelo Mar da China Meridional e a leste pelo Mar da China Oriental, além dos quais estão Taiwan, Coreia (Norte e Sul) e Japão.

A nação tem uma longa história, composta por diversos períodos distintos. A civilização chinesa clássica — uma das mais antigas do mundo — floresceu na bacia fértil do rio Amarelo, na planície norte do país. O sistema político chinês era baseado em monarquias hereditárias, conhecidas como dinastias, que tiveram seu início com a semimitológica Xia (aproximadamente 2000 a.C.) e terminaram com a queda dos Qing, em 1911. Desde 221 a.C., quando a dinastia Qin começou a conquistar vários reinos para formar um império único, o país expandiu-se, fraturou-se e reformulou-se várias vezes. A República da China, fundada em 1911 após a queda da dinastia Qing, governou o continente chinês até 1949. Em 1945, a república chinesa adquiriu Taiwan do Império do Japão, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na fase de 1946-1949 da Guerra Civil Chinesa, o Partido Comunista derrotou o nacionalista Kuomintang no continente e estabeleceu a República Popular da China, em Pequim, em 1 de outubro de 1949, enquanto o Partido Nacionalista mudou a sede do seu governo para Taipei. Desde então, a jurisdição da República da China está limitada à Taiwan e algumas ilhas

periféricas (incluindo Penghu, Kinmen e Matsu) e o país recebe reconhecimento diplomático limitado ao redor do mundo.

Desde a introdução de reformas econômicas em 1978, a China tornou-se em uma das economias de mais rápido crescimento no mundo, sendo o maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do planeta. A industrialização reduziu a sua taxa de pobreza de 53% (em 1981) para 8% (em 2001). O país tem sido considerado uma superpotência emergente por vários acadêmicos, analistas econômicos e militares. A importância da China como uma grande potência é refletida através de seu papel como segunda maior economia do mundo (ou segunda maior em poder de compra) e da sua posição como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e de várias outras organizações multilaterais, incluindo a Organização Mundial do Comércio, Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, Grupo dos Vinte, BRICS e da Organização para Cooperação de Xangai. Além disso, o país é reconhecido como uma potência nuclear, além de possuir o maior exército do mundo em número de soldados e o segundo maior orçamento de defesa.

GEOGRAFIA

A República Popular da China é o terceiro maior país do mundo em área terrestre e é considerado o terceiro ou quarto maior em relação à área total. A incerteza sobre o tamanho do país está relacionada com a validade de certos territórios reivindicados pela China, como Aksai Chin e Vale de Shaksgam (ambos os territórios também são reivindicados pela Índia), e com a forma como a área territorial é calculada.

A China tem fronteiras com quatorze nações, mais do que qualquer outro país do mundo; no sentido horário, a partir do sul: Vietnã, Laos, Myanmar, Índia, Butão, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Tadjiquistão, Quirguistão, Cazaquistão, Rússia, Mongólia e Coreia do Norte. Além disso, a fronteira entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan) está localizada em águas territoriais. A China tem uma fronteira terrestre de 22.117 km, a maior do mundo.

O território da China possui uma grande variedade de paisagens. No leste, ao longo da costa do Mar Amarelo e do Mar da China Oriental, há extensas planícies aluviais densamente povoadas, enquanto que nas bordas do planalto da Mongólia Interior, no norte, campos podem ser vistos. O sul da China é dominado por colinas e cordilheiras baixas.

No centro-leste estão os deltas dos dois maiores rios chineses, o rio Amarelo e o rio Yangtzé (Chang Jiang). Outros rios importantes são o Xi-Jiang, o

Mekong, o Brahmaputra e o Amur. Para o oeste, estão cordilheiras importantes, especialmente o Himalaia, com o ponto mais alto da China na metade oriental do monte Everest, e caracterizado por altos planaltos entre as paisagens mais áridas, como o Taklamakan e o deserto de Gobi.

Uma questão importante é a contínua expansão dos desertos, principalmente o deserto de Gobi. Embora as linhas de barreira de árvores, plantadas desde 1970, tenham reduzido a frequência de tempestades de areia, secas prolongadas e resultados negativos nas práticas agrícolas, tempestades de poeira ainda assolam o norte da China a cada primavera e então se espalham para outras partes do leste da Ásia, incluindo Japão e Coreia. De acordo com a fiscalização ambiental da China, a SEPA, a República Popular da China perde cerca de 4000 km² por ano para a desertificação.

Água, erosão e controle da poluição têm se tornado questões importantes nas relações da China com outros países. O derretimento das geleiras no Himalaia, também pode levar à escassez de água para centenas de milhões de pessoas.

A China tem um clima dominado principalmente por estações secas e monções úmidas, o que leva a diferenças de temperatura no inverno e no verão. No inverno, os ventos do norte, provenientes de áreas de altas latitudes, são frios e secos; no verão, os ventos do sul, de zonas marítimas em baixa latitude, são quentes e úmidos. O clima na China é diferente de região para região por causa da extensa e complexa topografia do país.

PROBLEMAS AMBIENTAIS

Nas últimas décadas, a China sofreu com a grave deterioração ambiental e poluição de seu território. Embora algumas legislações, tais como a Lei de Proteção Ambiental de 1979, sejam bastante rigorosas, elas são mal aplicadas, já que são frequentemente desconsideradas pelas comunidades locais e funcionários do governo em favor do rápido desenvolvimento econômico. Como resultado, os protestos públicos e distúrbios por questões ambientais têm se tornado cada vez mais comuns no país.

Ativistas ambientais, tais como Ma Jun advertiram sobre o perigo de que a poluição da água representa para a sociedade chinesa. De acordo com o Ministério chinês de Recursos Hídricos, cerca de 300 milhões de chineses não têm acesso à água potável e 40% dos rios do país estavam poluídos por resíduos industriais e agrícolas no final de 2011. Esta crise é agravada pelo problema perene da escassez de água, sendo que 400 das 600 cidades chinesas pesquisadas apresentavam poucos recursos de água potável. Além disso, várias grandes cidades costeiras do

país, incluindo Xangai, são consideradas altamente vulneráveis a inundações de larga escala.

No entanto, a China é investidor mundial líder em tecnologias de energias renováveis, com 52 bilhões dólares investidos apenas em 2011. O país produz mais turbinas eólicas e painéis solares do que qualquer outro [124] e projetos de energia renovável, como o aquecimento solar de água, são amplamente adotados, em nível local. Em 2009, mais de 17% da energia da China foi obtida a partir de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas, das quais a China tem uma capacidade total instalada de 197 GW. Em 2011, o governo chinês anunciou planos de investir quatro trilhões de yuans (618,55 bilhões de dólares) em projetos de infraestrutura de água ao longo de um período de dez anos e para completar a construção de um sistema de prevenção de inundações e anti-secas até 2020.

DEMOGRAFIA

O censo nacional de 2010 estimou a população da República Popular da China em 1 338 612 968 habitantes. Cerca de 21% da população (145 461 833 homens; 128 445 739 mulheres) tinha 14 anos ou menos, 71% (482 439 115 homens; 455 960 489 mulheres) tinha entre 15 e 64 anos de idade e 8% (48 562 635 homens; 53 103 902 mulheres) tinha mais de 65 anos de idade. A taxa de crescimento populacional em 2006 foi de 0,6%.

Ao final de 2010, a proporção de pessoas do continente chinês com 14 anos ou mais era de 16,60%, enquanto o número com 60 anos ou mais cresceu para 13,26% da população, dando uma proporção total de dependentes de 29,86%. A proporção da população em idade de trabalho era de cerca de 70%.

Embora seja um país de renda média para os padrões ocidentais, o rápido crescimento do país tem tirado centenas de milhões de pessoas da pobreza desde 1978. Hoje, cerca de 10% da população chinesa vive abaixo da linha de pobreza (com 1 dólar por dia), uma queda de 64% em relação aos níveis de 1978. O desemprego urbano na China caiu para 4% no final de 2007, embora o desemprego global real seja de cerca de 10%.

Com uma população de mais de 1,3 bilhões e escassez de recursos naturais, a China está muito preocupada com seu crescimento populacional e tentou, com resultados diversos, implementar uma política rigorosa de planejamento familiar, conhecida como "política do filho único". A meta do governo é de uma criança por família, com exceções para as minorias étnicas e com certo grau de flexibilidade nas áreas rurais. Espera-se que o crescimento populacional da China estabilize-se nas primeiras décadas do século XXI, embora algumas

projeções estimam uma população entre 1,4 bilhões e 1,6 bilhões até 2025. O Ministro de Planejamento Familiar da China indicou que a política do filho único será mantida pelo menos até 2020. No entanto, essa estratégia do governo encontra resistência, particularmente nas áreas rurais do país, por causa da necessidade de trabalho agrícola e de uma tradicional preferência por meninos (que mais tarde podem servir como herdeiros do sexo masculino). As famílias que não respeitam essa política frequentemente mentem durante os censos.

A decrescente confiança das estatísticas demográficas da China desde o início do planejamento familiar no final dos anos 1970 torna a avaliação da eficácia dessa política difícil. Os dados do censo de 2010 indicam que a taxa de fecundidade total pode agora ser em torno de 1,4 filhos por mulher. O governo está particularmente preocupado com o desequilíbrio na proporção entre os sexos no nascimento, aparentemente um resultado de uma combinação da tradicional preferência por meninos e da pressão do planejamento familiar, o que levou à proibição de utilização de dispositivos de ultrassonografia para situações não emergenciais, em uma tentativa de se evitar abortos seletivos.

Segundo o censo de 2010, havia 118,06 meninos nascidos para cada 100 meninas, o que é 0,53 pontos menor do que o índice obtido em uma pesquisa por amostragem populacional realizada em 2005. No entanto, a razão de sexo de 118,06 ainda está além da faixa normal de cerca de 105% e os especialistas alertam para uma crescente instabilidade social se esta tendência continuar. Para a população nascida entre os anos de 1900 e 2000, estima-se que poderia haver 35,59 milhões mulheres a menos do que homens. Outros demógrafos argumentam que os desequilíbrios de gênero observados podem surgir a partir do sub-registro dos nascimentos de meninas. Um estudo recente sugere que até três milhões de bebês chineses sejam escondidos pelos seus pais a cada ano. De acordo com o censo de 2010, os homens representavam 51,27% do total da população, enquanto as mulheres compunham 48,73% do total.

URBANIZAÇÃO

Desde 2000, as cidades chinesas têm se expandido a uma taxa média de 10% ao ano. Estima-se que a população urbana do país irá aumentar para 400 milhões de pessoas em 2025, quando suas cidades irão abrigar uma população de mais de um bilhão de habitantes. A taxa de urbanização do país aumentou de 17,4% para 46,6% entre 1978 e 2009, uma escala sem precedentes na história humana. Entre 150 e 200 milhões de trabalhadores migrantes trabalham em

tempo parcial nas grandes cidades, voltando para o campo periodicamente com os seus ganhos.

Hoje, a China tem dezenas de cidades com um milhão ou mais de habitantes, incluindo as três cidades globais de Pequim, Hong Kong e Xangai. Em 2025, estima-se que o país terá 221 cidades com mais de um milhão de habitantes

GOVERNO E POLÍTICA

A República Popular da China, ao lado da República Moldava da Transnístria, da República de Cuba, da República Democrática Popular da Coreia, da República Democrática Popular Laoana e da República Socialista do Vietnã é um dos seis Estados restantes que se declaram socialistas no mundo. No entanto, na prática, a estrutura política da China não pode ser caracterizada de maneira tão simples. O governo chinês tem sido descrito como comunista e socialista, mas também como autoritário, com fortes restrições remanescentes em muitas áreas, principalmente em relação à internet, imprensa, liberdade de reunião, direitos reprodutivos e liberdade de religião. Seu atual sistema político/econômico é denominado por seus líderes como "socialismo com características chinesas".

O país é governado pelo Partido Comunista da China (PCC), cujo poder está consagrado na constituição. O sistema eleitoral chinês é hierárquico, segundo o qual os Congressos Populares locais são eleitos diretamente e todos os níveis mais elevados de Congresso Popular até a Assembleia Popular Nacional (APN) são eleitos indiretamente pelo Congresso Popular de nível imediatamente inferior. O sistema político é parcialmente descentralizado, com poucos processos democráticos internos ao partido e ao nível das vilas locais, embora estas experiências tenham sido marcadas pela corrupção. Há outros partidos políticos na China, referidos no país como partidos democráticos, que participam da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC).

Comparada às suas políticas fechadas de até meados dos anos 1970, a liberalização da China resultou em um clima administrativo menos restritivo do que o anterior. O país apoia fortemente o princípio leninista de "centralismo democrático", mas a política chinesa é muito diferente da democracia liberal ou da social-democracia adotada na maioria dos países do Ocidente e a Assembleia Nacional Popular tem sido descrita como uma instituição que na prática é muito dependente do governo central.

O Grande Salão do Povo, onde está a Assembleia Popular Nacional, na Praça da Paz Celestial, em Pequim.

O presidente em exercício do país é Xi Jinping e seu primeiro-ministro é Li Keqiang, que também é um ex-membro sênior do Comitê Permanente do Politburo do Partido, um órgão com atualmente sete integrantes que dividem os cargos mais importantes do país. O secretário-geral do Partido Comunista da China é atualmente Xi Jinping, que é também o presidente da Comissão Militar Central e serve como líder político do país.

Houve alguns movimentos pela liberalização política do país, em que eleições abertas contestadas são agora realizadas nos níveis de vilas e cidades, sendo que as legislaturas têm mostrado alguma assertividade de vez em quando. No entanto, o partido mantém o controle efetivo sobre as nomeações governamentais: na ausência de uma oposição significativa, o PCC ganha por falta de concorrência na maioria das vezes. As preocupações políticas na China incluem diminuir o fosso crescente entre os ricos e os pobres, além do combate à corrupção dentro da liderança do governo.

O nível de apoio popular ao governo e à sua gestão do país está entre os mais altos do mundo, sendo que 86% dos cidadãos chineses expressaram satisfação com a economia de sua nação de acordo com uma pesquisa do Pew Research Center feita em 2008.

Capítulo 12

O MERCOSUL

Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul (em castelhano: Mercado Común del Sur, Mercosur; em guarani: Ñemby Ñemuha), é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente, econômica configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre seus membros. Situados todos na América do Sul, são atualmente cinco membros plenos. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; mais tarde, a ele aderiu a Venezuela. Encontra-se em fase de expansão, uma vez que a Bolívia aguarda a ratificação parlamentar de seu protocolo de adesão como membro pleno, documento que necessita ainda para sua vigência das aprovações legislativas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, os demais parlamentos já o aprovaram.

As origens do Mercosul estão ligadas às discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina, que remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) desde a década de 1960. Esse organismo foi sucedido pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na década de 1980. À época, a Argentina e o Brasil fizeram progressos na matéria, assinando a Declaração do Iguazu (1985), que estabelecia uma comissão bilateral, à qual se seguiram uma série de acordos comerciais no ano seguinte. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre ambos os países em 1988, fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir. Aderiram o Paraguai e o Uruguai ao processo e os quatro países se tornaram signatários do Tratado de Assunção (1991), que estabeleceu o Mercado Comum do Sul, uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais.

Inicialmente foi estabelecida uma zona de livre comércio, em que os países signatários não tributariam ou restringiriam as importações um do outro. A partir de 1º de janeiro de 1995, esta zona converteu-se em união aduaneira, na qual todos os signatários poderiam cobrar as mesmas quotas nas importações dos demais países (tarifa externa comum). No ano seguinte, a Bolívia e o Chile adquiriram o estatuto de associados. Outras nações latino-americanas manifestaram interesse em entrar para o grupo. Em 2004, entrou em vigor o Protocolo de Olivos (2002), que criou o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul, com

sede na cidade de Assunção (Paraguai), por conta da insegurança jurídica no bloco sem a existência de um tribunal permanente. Dentre acordos econômicos firmados entre o Mercosul e outros entes, estão os tratados de livre comércio (TLC) com Israel assinado no dia 17 de dezembro de 2007 e com o Egito assinado em 2 de agosto de 2010.

Em 23 de maio de 2008 foi assinado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), composta pelos doze estados da América do Sul e fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial. A organização conjuga as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN). O cargo de Secretário-geral da Unasul, fornece à entidade uma liderança política definida no cenário internacional, sendo um primeiro passo para a criação de um órgão burocrático permanente para uma união supranacional, que eventualmente substituirá os órgãos políticos do Mercosul e da CAN.

Então, no dia 26 de março de 1991, os presidentes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, visando construir uma zona de livre comércio entre os quatro países, denominada Mercado Comum do Sul, ou em castelhano, Mercado Común del Sur.

Baseado na Ata de Buenos Aires, o Tratado de Assunção definiu regras e condições para criação de uma zona de livre comércio entre seus quatro signatários. Da mesma forma, ficou decidido que todas as medidas para a construção do mercado comum deveriam ser concluídas até 31 de dezembro de 1994. As principais implicações desta zona de livre comércio são:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de mesmo efeito, com o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países ou blocos econômicos;
- Produtos originários do território de um país signatário terão, em outro país signatário, o mesmo tratamento aplicado aos produtos de origem nacional;
- A coordenação de políticas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os membros, com o compromisso destes países em harmonizar suas legislações, especialmente em áreas de importância geral, para lograr o fortalecimento do processo de integração;

- Nas relações com países não signatários, os membros do bloco assegurarão condições equitativas de comércio. Desta maneira, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os países do bloco coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre a concorrência comercial.

Foi definido que durante o período de transição, os países signatários adotassem um regime geral de origem, um sistema para solucionar controvérsias e cláusulas de salvaguarda. Para assegurar a ordem e o cumprimento dos prazos, foram criados dois órgãos institucionais:

- Grupo Mercado Comum; Órgão formado por quatro membros titulares e quatro membros alternos de cada país, oriundos dos respectivos Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia e Banco Central. Até a criação dos Tribunais Arbitrais, o Grupo Mercado Comum foi a principal autoridade na solução de controvérsias;
- Conselho do Mercado Comum; Instituição com maior autoridade no tratado, criada para gerenciar decisões políticas e assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos.

O Tratado de Assunção também decidiu que a adesão de um novo membro, para que seja efetiva, deve ser aprovada por decreto legislativo em todos os países signatários. Caso contrário, o processo de adesão será inválido.

Adesão da Venezuela e suspensão do Paraguai

A história da Venezuela no Mercosul iniciou em 16 de dezembro de 2003, durante reunião de cúpula do Mercosul realizada em Montevideu, quando foi assinado o Acordo de Complementação Econômica Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela. Neste acordo foi estabelecido um cronograma para a criação de uma zona de livre comércio entre os Estados signatários e os membros plenos do Mercosul, com gradual redução de tarifas. Desta maneira, estes países obtiveram sucesso nas negociações para a formação de uma zona de livre comércio com o Mercosul, uma vez que, um acordo de complementação econômica, com o cumprimento integral de seu cronograma, é o item exigido para ascensão de um novo associado. No entanto, em 8 de julho de 2004, a Venezuela foi elevada ao status de membro associado, sem ao menos concluir o cronograma firmado com o Conselho do Mercado Comum. No ano seguinte, o bloco a reconheceu como uma nação associada em processo de adesão, o que na prática significava que o Estado possuía voz, mas não voto.

A investida venezuelana encontrou forte resistência nos congressos do Brasil e do Paraguai. O Protocolo de Adesão do país caribenho foi assinado em 2006 por todos os presidentes de países do bloco. Na sequência, os congressos uruguaio e argentino aprovaram a entrada do novo membro. O congresso do Brasil o fez somente em dezembro de 2009. Contudo, o congresso paraguaio não o aprovava e, desta forma, impossibilitou a adesão plena da nação caribenha. Posteriormente, em 29 de junho de 2012, em resposta à destituição sumária de Fernando Lugo da presidência, os presidentes do Mercosul decretaram a suspensão paraguaia até a eleição presidencial seguinte, em abril de 2013. Um mês depois, os presidentes do bloco reconheceram a adesão plena da Venezuela e diversos acordos comerciais foram firmados. Aventou-se que a decisão poderia ser revertida com o retorno paraguaio ao exercer seu poder de veto, o que não se verificou. A decisão foi alvo de controvérsias. Para alguns economistas, a aceitação da Venezuela como membro pleno do Mercosul amplia a importância econômica do bloco e abre novas oportunidades de negócios e investimentos. No entanto, para outros, a decisão foi precipitada, imposta pelos governos do Brasil e Argentina e motivada puramente por interesses políticos.

Em novembro de 2015, o então recém eleito presidente da Argentina, Mauricio Macri, afirmou que pediria a suspensão da Venezuela do Mercosul, porém devido aos resultados das eleições legislativas ele recuou da proposta duas semanas depois.

Capítulo 13

A UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) é uma união econômica e política de 28 Estados-membros independentes situados principalmente na Europa. A UE tem as suas origens na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e na Comunidade Econômica Europeia (CEE), formadas por seis países em 1957. Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão através da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência através da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht instituiu a União Europeia com o nome atual em 1993. A última revisão significativa aos princípios constitucionais da UE, o Tratado de Lisboa, entrou em vigor em 2009. Bruxelas é a capital de facto da União Europeia.

A UE atua através de um sistema de instituições supranacionais independentes e de decisões intergovernamentais negociadas entre os Estados-membros. As mais importantes instituições da UE são a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu, o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Banco Central Europeu. O Parlamento Europeu é eleito a cada cinco anos pelos cidadãos da UE.

A UE instituiu um mercado comum através de um sistema padronizado de leis aplicáveis a todos os Estados-membros. No Espaço Schengen (que inclui 22 estados-membros e 4 estados não membros da UE) foram abolidos os controlos de passaporte. As políticas da UE têm por objetivo assegurar a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, legislar assuntos comuns na justiça e manter políticas comuns de comércio, agricultura, pesca e desenvolvimento regional. A Zona Euro, a união monetária, foi criada em 1999 e é atualmente composta por 18 Estados-membros. Através da Política Externa e de Segurança Comum, a UE exerce um papel nas relações externas e de defesa. A UE em todo o mundo missões diplomáticas permanentes, estando representada nas Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio (OMC), no G8 e no G-20. Com uma população total de mais de 500 milhões de pessoas, o que representa 7,3% da população mundial, a UE gerou um produto interno bruto (PIB) de 12,2 mil milhões * de euros em 2010, o que representa cerca de 20% do PIB global, medido em termos de paridade do poder de compra.

Em 2012, a União Europeia foi laureada com o Nobel da Paz, entregue pelo Comité Nobel norueguês "por ter contribuído ao longo de mais de seis décadas para o avanço da paz e da reconciliação, democracia e direitos humanos na Europa". No anúncio do prémio, o Comité referiu

que "o terrível sofrimento durante a Segunda Guerra Mundial provou a necessidade de uma nova Europa. (...) Hoje, uma guerra entre a França e a Alemanha é impensável. Isto mostra que, através da boa vontade e construção de confiança mútua, inimigos históricos podem transformar-se em aliados."

Comunidades europeias

Estados fundadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Na época, a Argélia era parte do território da Quarta República Francesa.

A proposta de Robert Schuman foi acolhida de forma entusiasta pelo chanceler da República Federal da Alemanha, Konrad Adenauer. Na primavera de 1951, foi firmado em Paris o tratado que criava a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), concretizando a proposta de Schuman. Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos (conhecidos como a Europa dos Seis) alcançaram um entendimento que favoreceu o intercâmbio de matérias-primas necessárias para a siderurgia, acelerando desta forma o dinamismo económico de forma dotar a Europa autonomia na produção. Este tratado fundador procurava juntar vencedores e vencidos no projeto de uma Europa que, a médio prazo, pudesse controlar o seu próprio destino, tornando-se independente de qualquer entidade exterior. O tratado expirou em 2002, embora a sua função tenha permanecido obsoleta após a fusão de órgãos executivos e legislativos no projeto da Comunidade Europeia, que entretanto adquiriu personalidade jurídica, e também devido ao Ato Único Europeu de 1986.

Em maio de 1952, já em plena Guerra Fria, foi firmado em Paris um tratado que instituiu a Comunidade Europeia de Defesa (CED), que permitia o armamento da Alemanha Ocidental no seio de um exército europeu. Cinco membros da CECA ratificaram o tratado, mas, em agosto de 1954, foi rejeitado pelo parlamento francês devido à oposição conjunta de gaullistas e comunistas. Dada esta situação, o antigo Tratado de Bruxelas de 1948 é modificado para criar a União da Europa Ocidental (UEO), que será durante várias décadas a única organização europeia encarregada da defesa e segurança até à entrada em vigor do Tratado de Amsterdão de 1999. Embora tenha reforçado o antigo tratado, a UEO tratou-se de uma entidade-sombra da OTAN, a qual estava encarregue de assegurar a defesa dos países europeus ante um hipotético ataque nuclear.

O mais importante impulso tem lugar em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma. Os países constituintes da Europa dos Seis decidem avançar na cooperação nos domínios económico, social e político. Os acordos tinham como objetivo implantar um mercado comum que permitisse a

livre circulação de pessoas, bens e capitais. A Comunidade Económica Europeia (CEE) foi a entidade internacional instituída por este tratado, de tipo supranacional e dotada de capacidade autónoma de financiamento. Este documento formou ainda uma terceira comunidade de duração indeterminada, a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Em 1965 é firmado um tratado que funde os executivos das três comunidades europeias (quando estas já possuíam instituições comuns em matérias de justiça), através da criação da Comissão Europeia (CE) e do Conselho da União Europeia, que é a instituição das reuniões de chefes de estado e de governo dos países-membros que começaram a ter lugar no final da década de 1960.

O Ato Único Europeu foi firmado em fevereiro de 1986 e entrou em vigor em junho de 1987, tendo como missão redinamizar a construção europeia, fixando a consolidação do mercado interno em 1993 e permitindo a livre circulação de capitais e serviços. Através deste tratado as competências comunitárias foram alargadas aos domínios da investigação e do desenvolvimento tecnológico, ambiental e da política social. O ato único consagra também a existência do Conselho Europeu, que reúne os chefes de estado e de governo e impulsiona iniciativas comuns em matérias de política externa e de segurança.

O Tratado de Maastricht, assinado em fevereiro de 1992 e em vigor a partir de 1993, definiu uma nova estrutura institucional que se manteria até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O tratado cria a cidadania europeia, permitindo residir e circular livremente nos países da comunidade, assim como o direito de votar e ser eleito no estado de residência para as eleições europeias ou municipais. Foi também decidida a criação de uma moeda única, o Euro, que entraria em circulação em 2002 sob administração do Banco Central Europeu.

A União Europeia é composta por 28 Estados soberanos: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia e Reino Unido. Os membros da União têm crescido a partir dos seis Estados-membros fundadores - Bélgica, França, Alemanha (então Ocidental), Itália, Luxemburgo e Países Baixos - até os atuais 28 membros, agrupados por sucessivos alargamentos, quando esses países aderiram aos tratados e ao fazê-lo, agruparam a sua soberania em troca de representação nas instituições do bloco. Para aderir à UE, um país tem de cumprir os critérios de Copenhague, definidos no Conselho Europeu de

Copenhague, em 1993. Estes requerem uma democracia estável, que respeite os direitos humanos e o Estado de direito; uma economia de mercado capaz de concorrer na UE e a aceitação das obrigações de adesão, incluindo a legislação da UE. A avaliação do cumprimento desses critérios por um país é de responsabilidade do Conselho Europeu. Nenhum Estado-membro já chegou a deixar a União, embora a Groenlândia (uma província autónoma da Dinamarca) tenha se retirado em 1985. O Tratado de Lisboa agora fornece uma cláusula que lida com a forma como um membro pode deixar a UE.

Há cinco países candidatos oficiais à adesão ao bloco europeu: Albânia, Islândia, Macedónia, Montenegro e Turquia. Bósnia e Herzegovina e Sérvia são oficialmente reconhecidos como potenciais candidatos. O Kosovo também é listado como um potencial candidato, mas a Comissão Europeia não o considera como um país independente porque nem todos os Estados-membros o reconhecem como tal, separado da Sérvia.

Quatro países, que não são membros da UE, que formam a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA sigla em inglês) têm, em parte, compromentimentos com a economia e os regulamentos da UE: Islândia (país candidato à adesão à UE), Liechtenstein e a Noruega são uma parte do mercado único, através do Espaço Económico Europeu, e a Suíça tem laços similares por meio de tratados bilaterais. As relações dos microestados europeus (Andorra, Mónaco, São Marino e o Vaticano) com a UE incluem o uso do euro e de outras áreas de cooperação.

A União Europeia estabeleceu um mercado único em todo o território de todos os seus membros. Uma união monetária, a zona euro, usando uma moeda única é composta por 18 Estados-membros. Em 2010, a UE gerou uma estimativa cerca de 26% (16.242 milhões de dólares internacionais) do produto interno bruto (PIB) global, tornando-se a maior economia do mundo. O bloco é o maior exportador e importador de bens e serviços, além de ser o maior parceiro comercial de vários grandes países como a China, Índia e Estados Unidos.

Das 500 maiores empresas do mundo classificadas pela sua receita (Fortune Global 500 em 2010), 161 têm a sua sede na UE. Em maio de 2007 o desemprego na UE era de 7%, enquanto que o investimento era de 21,4% do PIB, a inflação em 2,2% e o défict público em -0,9% do PIB.

Há uma variação significativa na renda anual per capita entre os países-membros da UE, sendo que estas podem variar entre 5 000 e 50 000 euros (de 7 000 a 69 000 dólares). A diferença entre as regiões mais ricas e mais pobres (271 NUTS-2 as

regiões da Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas) variou, em 2007, de 26% da média da UE-27, na região de Severozapaden, na Bulgária, a 334% da média em Londres, no Reino Unido. Nas regiões ricas, Londres tinha uma renda de 83 200 euros em PPC per capita, Luxemburgo 68 500 euros e Bruxelas 55 000 euros, enquanto as regiões mais pobres, são Severozapaden com uma renda de 6 400 euros per capita PPC, Nord-Est (Roménia) e Severen tsentralen (Bulgária) com 6 600 euros e Yuzhen tsentralen (Bulgária) com 6 800 euros.

Os Fundos Estruturais e Fundos de Coesão estão a apoiar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas da UE. Essas regiões estão localizadas principalmente nos novos Estados-membros do Centro-Leste da Europa. Vários fundos fornecem ajuda de emergência, apoio aos candidatos a membros para que estes transformem os seus países ao ponto de se adequarem à norma da UE e apoio à ex-repúblicas soviéticas da Comunidade de Estados Independentes.

A MOEDA ÚNICA

A criação de uma moeda única europeia tornou-se um objetivo oficial da Comunidade Económica Europeia em 1969. No entanto, foi somente com o advento do Tratado de Maastricht, em 1993, que os Estados-membros foram legalmente obrigados a iniciar a união monetária, o mais tardar a 1 de janeiro de 1999. Nesta data, o euro foi devidamente lançado por onze dos então quinze Estados-membros da UE. Manteve-se uma moeda contábil até 1 de janeiro de 2002, quando as notas e moedas de euro foram emitidas e começou a eliminação progressiva das moedas nacionais na zona do euro, que até então consistia em 12 Estados-membros. A Zona Euro (constituída pelos Estados-membros da UE que adotaram o euro) desde então cresceu para 18 países, sendo a Letónia o país mais recente que aderiu à moeda a 1 de janeiro de 2014.

Todos os outros Estados-membros da UE, com exceção da Dinamarca e do Reino Unido, são legalmente obrigados a aderir ao euro quando os critérios de convergência forem atendidos, no entanto apenas alguns países estabeleceram datas para a adesão. A Suécia tem contornado a exigência para aderir ao euro por não cumprir os critérios de adesão.

O euro é projetado para ajudar a construir um mercado único, por exemplo: flexibilização de viagens de cidadãos e bens, eliminação de problemas de taxa de câmbio, proporcionando de transparência dos preços, criando um mercado financeiro único, a estabilidade dos preços e das taxas de juro baixas e proporcionando uma moeda usada internacionalmente e protegida contra choques pela grande quantidade de comércio

interno na Zona Euro. Destina-se igualmente como um símbolo político de integração e de estímulo. Desde o seu lançamento, o euro tornou-se a segunda moeda de reserva do mundo, com um quarto das trocas de reservas estrangeiras serem feitas com o euro. O euro e as políticas monetárias dos que o adotaram, de acordo com a UE, estão sob o controlo do Banco Central Europeu (BCE).

O BCE é o banco central para a zona euro e, assim, controla a política monetária na área com uma agenda para manter a estabilidade de preços. Está no centro do Sistema Europeu de Bancos Centrais, que compreende todos os bancos centrais nacionais da UE e é controlado pelo seu Conselho Geral, composto pelo presidente do BCE, que é nomeado pelo Conselho Europeu, o vice-presidente do BCE e pelos governadores dos bancos centrais nacionais de todos os 27 Estados-membros da UE.

Capítulo 14

O NAFTA é o “North American Free Trade Agreement”, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

O bloco econômico formado por Estados Unidos, México e Canadá (América do Norte) em 1992 tem como objetivo facilitar as transações econômicas entre esses países, assim como, abolir as taxações sobre a circulação de mercadorias e produtos.

A criação de blocos como este que visa facilitar o intercâmbio econômico entre os países vem se tornando comum desde a década de 90. Um exemplo bem sucedido de bloco econômico é o caso da União Europeia (UE) formada por Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Romênia, Suécia e Reino Unido.

A diferença entre ambos é que o NAFTA não visa à integração total entre seus países membros como na UE onde as pessoas nascidas em qualquer dos países membros são consideradas “cidadãos da União Europeia” podendo tráfegar e estabelecer residência em qualquer um dos outros países sem nenhuma restrição, além de adotar um sistema bancário e financeiro comuns.

O NAFTA visa apenas à criação de uma área de livre comércio entre esses países o que restringiria a atuação do bloco ao setor comercial. Mesmo a criação dessa área de comércio livre ainda não foi concluída. Embora o NAFTA tenha posto fim às barreiras alfandegárias entre os três países e criado regras e proteção comerciais em comum, além de padrões e leis financeiras iguais para EUA, Canadá e México, ainda não são todas as mercadorias que receberam redução de tarifas. Isso se deve à insegurança que os três países ainda têm em relação a algumas consequências do tratado.

A população do México, o menos desenvolvido economicamente dos três países, teme que a consolidação do NAFTA gere desemprego entre a população devido à automação das indústrias locais que contam ainda com pouca tecnologia, se comparada às dos EUA e Canadá. Outro temor da população mexicana se refere à possibilidade de falência das indústrias locais que não poderiam concorrer, com as bem maiores, indústrias norte-americanas.

Nos EUA e no Canadá também há receio quanto ao aumento do desemprego. Nestes países, teme-se que as indústrias se transfiram para o México em busca de mão-de-obra mais barata.

Contudo, o NAFTA apresenta um grande potencial desde que o Canadá e EUA não “engulam” a economia mexicana. Juntos os três países respondem por um mercado de cerca de 380 milhões de pessoas.

APEC

O que é

A APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) é um bloco econômico que foi criado em 1993 na Conferência de Seattle (Estados Unidos da América). Este importante bloco econômico ainda está em fase de implantação.

Fazem parte deste bloco econômico os seguintes países:

- Estados Unidos da América
- Japão
- China
- Rússia
- Peru
- Formosa (também conhecida como Taiwan),
- Coreia do Sul,
- Hong Kong (região administrativa especial da China),
- Cingapura
- Vietnã
- Malásia
- Tailândia
- Indonésia
- Brunei
- Filipinas
- Austrália
- Nova Zelândia
- Papua Nova Guiné
- Canadá
- México
- Chile

Importância

Este bloco econômico é de extrema importância no cenário econômico mundial, pois somadas as produções industriais de todos os países membros, chega-se a quase metade de toda produção mundial. O PIB dos países membros atinge cerca de 17 trilhões de dólares.

Quando estiver em pleno funcionamento, será o maior bloco econômico do mundo. De acordo com o estabelecido na reunião de Bogor, em 1994, será estabelecida uma zona de livre comércio em 2010 entre os países desenvolvidos. Com relação aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, esta zona de livre comércio será estabelecida apenas em 2020.

Principais objetivos da APEC

- Estimular o comércio de produtos e serviços entre os países membros;
- Redução das tarifas alfandegárias e taxas de importação e exportação nas relações comerciais entre os países membros.

O Pacto Andino, atualmente chamado de Comunidade Andina de Nações, é um bloco econômico da América do Sul composto por quatro nações. Foi fundado em 26 de maio de 1969. A sede deste bloco econômico fica na cidade de Lima (capital do Peru).

Fazem parte deste bloco econômico os seguintes países:

- Bolívia
- Peru
- Equador
- Colômbia

Observação: além dos países membros, existem cinco países associados (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai).

Principais objetivos do Pacto Andino

- Garantir a livre circulação de pessoas dos países membros sem a necessidade de apresentação de visto. Basta aos cidadãos apresentarem uma Carteira de Identidade do seu país.
- Possibilitar a integração econômica e cultural entre os países membros;
- Representar os interesses dos países membros em acordos com outros blocos econômicos ou organizações internacionais;
- Emissão do Passaporte Andino.

COMECON

COMECON (Council for Mutual Economic Assistance, Conselho para Assistência Econômica Mútua) foi fundado em 1949, e visava a integração econômica das nações do Leste Europeu.

Os países que integraram a organização internacional foram a União Soviética, Alemanha Oriental (1950-1990), Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia.

Mais tarde outros países juntaram-se ao COMECON: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978). O aparecimento do COMECON surgiu no contexto europeu após o final da Segunda Guerra Mundial, do qual resultou a destruição de parte do continente Europeu e surgindo como a resposta soviética ao plano edificado pelos Estados Unidos, o Plano Marshall, que visava apoiar a reconstrução econômica da Europa Ocidental.

Seu objetivo era fornecer ajuda mútua para o desenvolvimento dos países membros. Esta organização extinguiu-se em 1991.

O COMECON pode ser considerado uma resposta soviética ao Plano Marshall Americano. Afinal, durante a Guerra Fria os dois blocos mantiveram-se sempre em equilíbrio. Por exemplo, foram criados também durante esse período a OTAN (EUA) e o Pacto de Varsóvia (URSS), dois pactos militares que tinham como objetivo proteger e unir os países membros.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz N. A Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício et al. Atlas histórico escolar. 8. ed. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Revisitando a questão regional. Cadernos do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009: a geografia econômica em transformação. Washington, DC: Singular, 2009.

BANCO MUNDIAL/FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1984. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

CAMPOS, Flávio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas: história do Brasil. São Paulo: Scipione, 1993.

DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.). Redes, sociedades e territórios. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

DIMANTAS, Hernani; MARTINS, Dalton. Multidões inteligentes e a transformação do mundo. Biblioteca Diplô, 18 fev. 2008.

FELLET, João. Indígenas desafiam fronteiras e se unem contra grandes obras na América Latina. BBC Brasil, 23 abr. 2012.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HAROLDO, Castro. Tanzânia: cratera de Ngorongoro é refúgio para 25 mil mamíferos. Época, 11 nov. 2010.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRON, Josh. Mulheres africanas surpreendem mercado mundial. Folha de S.Paulo, 22 out. 2012.

LACOSTE, Yves. Atlas géopolitique. Paris: Larousse, 2009.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Atlas National Geographic: África I. Portugal: RBA, 2005.

TERRA, Lygia. Geografia: Conexões: Estudos de geografia geral e do Brasil/Lygia Terra, Regina de Araújo, Raul Borges Guimarães – 3.ed. – São Paulo: Moderna, 2015 – (Moderna Plus).

UNIÃO EUROPEIA. Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas. União Europeia: Bruxelas, 2005.